

2015

Relatórios de Sustentabilidade Socioambiental



Eletrobras
Eletronuclear

Mensagem do Presidente [G4-1]

O ano de 2015 foi marcado por grandes acontecimentos. Em termos globais, o destaque foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21), em que 195 países assinaram um acordo inédito para conter o aquecimento global, o problema mais premente de nossos tempos.

Neste evento, ficou claro o papel decisivo que a energia nuclear desempenhará no futuro próximo, em face dos ambiciosos compromissos de redução da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa assumidos por diversas nações, incluindo o Brasil.

Por serem praticamente livres de emissões ao longo de todo o seu ciclo de vida, as usinas nucleares são uma das poucas opções de geração de grandes quantidades de energia que operam de forma confiável e ininterrupta e não têm efeitos sobre o clima. Esta fonte tem um futuro promissor, que já se anuncia nos inúmeros empreendimentos em construção e planejados para o setor em todos os continentes.

Como geradora de energia limpa, a Eletronuclear está inserida neste contexto, estando comprometida com os princípios do Pacto Global – capitaneado pela ONU e do qual a empresa é signatária – e seus desdobramentos, como as Metas do Milênio e mais recentemente com os objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS da Agenda 2030.

No Brasil, o ano que passou trouxe uma crise econômica que, aliada a um período atípico de baixa vazão hidrológica, proporcionou sérios desafios para os agentes e o marco regulatório do setor elétrico.

A Eletronuclear também passou por momentos desafiadores. Fatos graves envolvendo a antiga direção causaram danos à imagem da empresa. Apesar de não representarem em absoluto a essência da companhia ou de seus colaboradores, esses acontecimentos colocaram em cheque a lisura de sua conduta.

Por isso, se tornou prioridade reforçar nossas estruturas de governança e *compliance*. É preciso trazer para o campo da gestão o mesmo compromisso com a cultura de segurança que permeia todos os processos técnicos e operacionais da Eletronuclear. Vale ressaltar, inclusive, que, mesmo diante dos problemas vividos, a empresa mantém seu compromisso de excelência operacional.

Isso é demonstrado pelo alto desempenho de Angra 1 e 2 e pela segurança com que ambas as usinas são operadas.

Nesse momento crucial para definir os rumos da Eletronuclear, precisamos nos superar para que a empresa ultrapasse os obstáculos que se apresentam, recupere sua imagem e esteja pronta para ampliar a participação da geração nuclear na matriz elétrica brasileira.



Bruno Barretto
Presidente interino da Eletrobras Eletronuclear

Sumário

Perfil corporativo	3
Setorial Elétrico	13
Dimensão Social	24
Dimensão Econômica	37
Dimensão Ambiental	40

Riscos, impactos e oportunidades [G4-2]

A Eletrobras Eletronuclear tem plena consciência da grande importância do seu papel de gerir de forma responsável, segura e sustentável a produção de energia elétrica por fonte nuclear. Definido no seu Plano Estratégico e na sua Política de Gestão Integrada da Segurança o princípio fundamental de que: “a segurança nuclear é prioritária e precede a produtividade e a economia, não devendo nunca ser comprometida por qualquer razão”. Sabemos que acidentes nucleares trazem impactos consideráveis ao meio ambiente, com evacuação da população residente, com custos econômicos expressivos. O risco existe, mas consideramos muito baixo a sua probabilidade de ocorrência. Seguimos rigidamente a legislação e as normas da CNEN e também fiscalizados com equipe residente em nossas instalações, além da fiscalização internacional da IAEA – International Atomic Energy Agency.

Desde do início de operação em 1985, as usinas operaram de maneira satisfatória sem incidentes significativos, apresentando-se como uma opção confiável de geração de energia elétrica. Contribuindo com aproximadamente 2,74% da energia consumida no país, tem muito ainda para expandir, com o diferencial de não emitir gases do efeito estufa.

Atualmente os dois principais desafios são: A retomada da construção de Angra 3 e a construção do UAS - Unidade de Armazenamento a Seco. O primeiro investimento depende da solução do *impairment* e de uma nova licitação para montagem eletromecânica. Em ambos os casos a Eletronuclear empreende ações no sentido para que possa ser resolvida estas questões o mais breve possível. Quando o UAS é vital importância para a manutenção das operações das usinas de Angra 1 e Angra 2. Com o esgotamento das piscinas de armazenagem de combustível irradiado das usinas previsto para 2021, corre-se o risco de paralização da operação de geração causando perda total de receita.

Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 14.809.160,5 MWh em 2015, tendo sido a quarta melhor geração elétrica na história da Central. Vale destacar que ocorreu a segunda melhor geração elétrica total da central num ano com realização de paradas de reabastecimento. Considerando ainda que ocorreram 6 desarmes não programados em 2015 nas usinas, que é um número superior aos 3 desarmes ocorridos em 2014, sendo 2 dos quais provocados por perturbações externas devido à baixa frequência no Sistema Interligado Nacional (SIN), deve-se, portanto, continuar com os planos de ações conjuntas de modo a reduzir o número de desarmes não programados para as duas Unidades.

A longo prazo, temos riscos à sustentabilidade com impactos financeiros relevantes e a integridade física.

- Renovação das Licenças de Operação de Angra 1 e Angra 2;
- Implementação do Plano de Resposta à Fukushima com vistas a riscos de desastres naturais no Âmbito das Mudanças Climáticas.

As oportunidades que poderão se concretizar a longo prazo com impactos positivos.

- O crescimento da geração de energia elétrica por fonte nuclear, com a construção de novas centrais, com opção térmica viável porque não emite gases do efeito estufa, considerando a possibilidade de taxaço da emissão de CO₂;
- Produção de água potável através de dessalinização da água do mar, para um cenário de escassez de chuvas crônica, no Âmbito das Mudanças Climáticas;

Existe um acompanhamento dentre os projetos prioritários dos riscos à sustentabilidade com indicadores, como o percentual de avanço do projeto está sendo executado, além de uma crítica quanto está aderente ao cronograma.

Com cerca 60 ações, o plano de resposta à Fukushima contempla uma reavaliação dos riscos climáticos e geológicos, propondo medidas de reforço da segurança das usinas, na ocorrência de inundações e deslizamentos provocados por fortes chuvas, assim como tornados, furacões, movimentos de mar, terremotos e abalos sísmicos. Trata-se de um plano complexo que não será apresentado um resumo. Quanto as oportunidades a sustentabilidade não possuímos indicadores e metas.

A Eletronuclear possui um Comitê de Risco atuante, com componentes de todas as diretorias e presidência, que tem como missão implementar a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras. Periodicamente, são avaliados os riscos e oportunidades bem como a implementação de controles internos responsáveis pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação, ligados a diretoria da empresa.

Sobre o Relatório [G4-28] [G4-29] [G4-30] [G4-31] [G4-32] [G4-33]

A cobertura do relatório de sustentabilidade abrange o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Esse é o nono ano consecutivo que apresentamos o nosso relatório e sendo primeiro pelo o padrão G4 GRI – *Global Reporting Initiative*, e tal como nas versões anteriores, não possui uma verificação externa completa. Devido aos elevados custos para asseguarção de todo o relatório, somente as informações econômicas-financeiras e de GEE (gases de efeito estufa) são auditadas externa independente.

Os índices econômico-financeiros são baseados nos padrões brasileiros de contabilidade e foram auditados pela Price Water House Coopers- PWC. Dados ambientais são avaliados externamente pelo IBAMA, pelo INEA, pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria da CNEN e pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA. O controle de qualidade das análises é realizado por meio de programas de intercomparação mantidos pela AIEA, pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD) da CNEN. As informações técnicas e as sociais, quando aplicáveis, são apuradas conforme padrões definidos em normas de qualidade e nucleares. Em suas atividades a empresa, tanto na área social como na ambiental, se pauta e segue a norma ISO 26.000, que trata da responsabilidade social. No caso de correções em dados publicados anteriormente, estes estão claramente explicitados e justificados.

A versão aqui apresentada tem a opção “de acordo” – Essencial, pelo formato do GRI e conta com os temas matérias considerado relevantes através de pesquisa com os nossos stakeholders.

Contatos

Maiores informações ou dúvidas sobre este relatório poderão ser esclarecidas junto ao coordenador técnico, Márcio Jannuzzi Moreira da Silva jannuzzi@eletronuclear.gov.br ou também pelo canal da ouvidoria da empresa.

Perfil da Empresa [G4-3] [G4-4] [G4-5] [G4-6] [G4-7] [G4-8]

A Eletrobras Termonuclear S.A. Eletronuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e tem como missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica. A sede fica na cidade do Rio de Janeiro, possui um escritório de representação em Brasília - DF e no município de Angra dos Reis estão instalações industriais que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2, depósitos de resíduos, escritórios, centros de informação e vila residencial.

Produção de energia [G4-9]

Atualmente força de trabalho conta com 1.941 empregados em dezembro de 2015, contra 2.308 ao fim de 2014. No final de 2013, o número de funcionários era 2.555. Um plano de demissão voluntário – PDI reduziu em 621 empregados nos dois últimos anos. A capacidade instalada total é de 1.990 MW, sendo a usina Angra 1 contribui com 640 MW e Angra 2 com 1.350 MW.

Ficha Técnica/ anos	2015	2014	2013
Números de empregados	1.949	2.308	2.555
Energia bruta produzida (em GWh)	14.809,16	15.434,51	14.640,18
Faturamento anual (mil)	2.246.260	2.164.001	1.882.640
Potência (capacidade Instalada em MW)	1.990	1.990	1.990

Força de Trabalho [G4-10] e [G4-11]

Número de empregados/ ano 2015	Masculino	Feminino	Total
Números de empregados contratados	Não há	Não há	
Números de empregados permanentes	1.571	378	1.949
Números de empregados na Sede	331	180	511
Números de empregados em Angra	1.240	198	1.438
Números de empregados em tempo integral	1.570	371	1.941
Números de empregados em meio período	1	7	8
Números de empregados permanentes cobertos por acordo	100%		
Números de empregados contratados cobertos por acordo	0%		

As paradas para reabastecimento de combustível ocorrem, aproximadamente, a cada 13 meses e são programadas com pelo menos um ano de antecedência. Além disso, serão realizadas atividades de inspeção e manutenção periódicas e também a implementação de diversas modificações de projeto, atividades que precisam ser feitas com a usina desligada. Em média são realizadas cerca de 3,5 mil atividades planejadas para o período de aproximadamente 30 dias. Para executar as tarefas programadas, foram contratadas firmas nacionais e internacionais, entre elas Areva, ABB, Siemens e Tecnatom, que irão disponibilizar 1,3 mil profissionais (sendo 200 estrangeiros) para atuar em conjunto com os técnicos da Eletronuclear.

Cadeia de fornecedores [G4-12] [G4-13]

Os critérios de avaliação de fornecedores da Eletrobras Eletronuclear incluem aspectos financeiro-comerciais, jurídicos, de direitos humanos, técnicos, ambientais e de qualidade. Nesse contexto, bens ou serviços importantes à segurança nuclear, os quais, no caso de fornecimento inadequado, afetem a segurança das usinas, podendo ocasionar acidente com liberação de radioatividade, colocando os empregados e o público em risco, recebem um tratamento prioritário. Esses fornecedores devem atender aos critérios de qualidade estabelecidos nos Programas de Garantia da Qualidade da Eletronuclear, que seguem o estabelecido nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Para fornecer bens ou serviços dessa natureza, uma empresa necessita comprovar que fabrica os bens ou executa os serviços de acordo com tal norma, bem como atende aos requisitos técnicos estipulados nos documentos de compra. Esse tipo de fornecedor é avaliado tecnicamente e quanto ao Sistema de Garantia/Gestão da Qualidade antes da fabricação/execução dos serviços por pessoal qualificado, dos quadros da Eletrobras Eletronuclear ou de instituições independentes, por meio de auditorias

executadas no fabricante/prestador do serviço. O fornecimento somente pode ser efetuado após a aprovação, pela Eletrobras Eletronuclear de seu Sistema de Garantia/Gestão da Qualidade e de sua capacitação técnica em fabricar/prestar os serviços descritos nos documentos de compra.

O Comitê de logística e Suprimentos acompanha a implantação de políticas e procedimentos de forma a atender à demanda de bens e serviços da empresa, de forma planejada, integrada, eficiente e transparente, assegurando a qualidade e melhorias dos processos de suprimento. A Eletronuclear incorpora em seus contratos, requisitos a serem cumpridos pelos prestadores de serviços relativos a descartes de resíduos industriais gerados durante a execução dos contratos.

Na fase de assinatura de contrato de fornecimento para Eletronuclear, todos os fornecedores se comprometem a seguir o Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras, onde os princípios do Pacto Global da ONU que a empresas aderiu estão descritos.

O número total de fornecedores de bens e serviços da Eletronuclear fica próximo a 900, incluindo os suprimentos nacionais e importados.

Princípio da precaução [G4-14]

Eletronuclear tem um Política de Gestão Integrada da Segurança que nos seis princípios abordam os riscos no planejamento operacional que deverão ser previamente minimizados ou eliminados, assim como os impactos ao meio ambiente. Além de contemplar o aspecto da comunicação que deverão ser transparentes e suficientes, junto aos Stakeholders internos e externos, de modo a permitir que qualquer condição insegura seja prontamente informada. Essa Política atende de maneira transversal os quatro preceitos do princípio da precaução.

Cartas e compromissos [G4-15]

A Eletrobras Eletronuclear aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU, com relação aos direitos humanos, trabalho, ambiental e anticorrupção em 6 de dezembro de 2006. A Eletrobras Eletronuclear publica no site da ONU cada ano, desde 2008, ano base 2007, seu Relatório de Sustentabilidade Socioambiental.



Os 10 Princípios do Pacto Global



Desde 2005, a Eletrobras Eletronuclear desenvolve processo de adequação à lei norte-americana SarbanesOxley – SOX, de 2002, quando seus processos e documentos passaram por auditorias externas a Eletrobras.

Eletronuclear é aderente ao convênio que criou o Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Eletrobras Eletronuclear assinou em 22/05/2012 termo de compromisso para a implementação na empresa da quarta edição do Programa PróEquidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A Eletrobras Eletronuclear é signatária do Termo de Suporte dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU (CEO Statement of Support for Women's Empowerment Principles).

Eletrobras Eletronuclear

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável propõe uma ação mundial coordenada entre governos, as empresas e sociedade civil, para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas. A Eletronuclear percebe e identifica os Objetivos 7, 9 e 13, e a importância da tecnologia nuclear para cumprimento das metas de Desenvolvimento Sustentável.



Associações e organizações [G4-16]

A Eletrobras Eletronuclear é associada a diversas organizações internacionais da sua área de atuação como a World Association of Nuclear Operators – Wano, o Electric Power Research Institute EPRI, a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, a Section of the Latin American Nuclear Society – LAS, a American Nuclear Society – ANS, World Nuclear Association – WNA e o Institute of Nuclear Plant Operators Inpo.

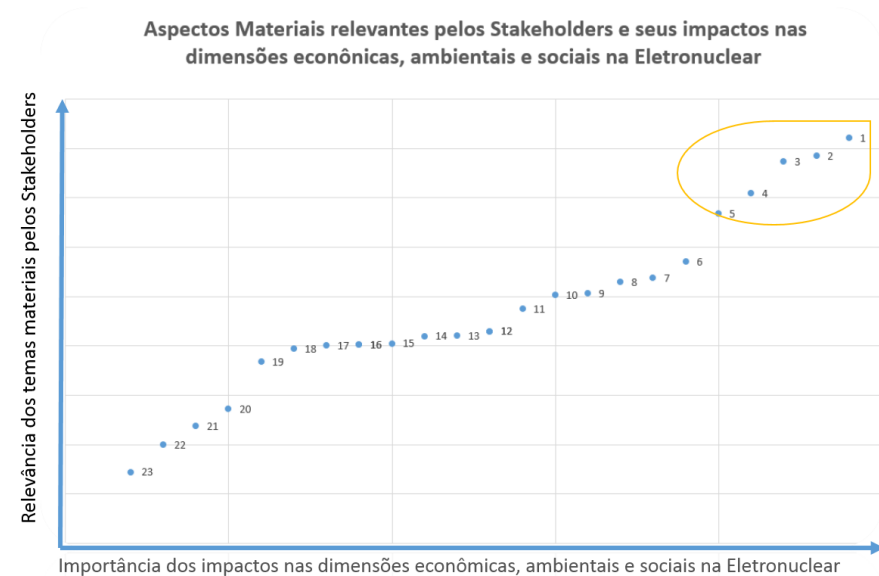
No País, a empresa está associada à Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares – Abdan, à Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib, à Associação Brasileira de Energia Nuclear – Aben, ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, à Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – Cebds, entre outras entidades.

Na AIEA a empresa participa de um grupo de especialistas, representando a América Latina, para as estimativas e relatório anuais da capacidade nuclear até 2050. A participação da empresa na Aben inclui vários empregados inclusive o presidente da entidade, o tesoureiro, o primeiro e segundo secretários, dentre outros que são vogais no conselho. Possui ainda assento no conselho editorial da Revista Brasil Nuclear editada pela Aben. Além disso, a Eletrobras Eletronuclear é membro ativo do Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – Cicop, e integra o grupo de empresas mantenedoras do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel.

Aspectos da materialidade e limites [G4-18] [G4-19] [G4-20] [G4-21] [G4-22] [G4-23]

Foi realizada em julho de 2016 a pesquisa de materialidade com os Stakeholders da Eletronuclear. Os resultados foram apresentados, discutidos e aprovados em reunião de Diretoria Executiva no início de setembro.

Foram pesquisados junto aos Stakeholders, 25 Aspectos materiais propostos pela Eletronuclear. O primeiro passo foi levantar, na percepção dos entrevistados, os temas mais relevantes e os quantificando com pontos. O segundo passo foi avaliar os impactos desses 25 Aspectos materiais nas dimensões econômicas, ambiental e social na Eletronuclear. Nesta etapa fizemos um levantamento com representantes internos da empresa, nessas áreas e também da gerência de riscos. Uma média destas avaliações para cada tema material foi usada para construção do gráfico do limite da materialidade.



Os cinco temas materiais mais votados e de maiores impactos são considerados os limites da materialidade da Eletronuclear, são aqui listados:

1. Práticas de segurança;
2. Efluentes e resíduos;
3. Gestão da água;
4. Gestão ambiental;
5. Práticas Anticorrupção.

Os demais aspectos materiais identificados são:

- 6º - ética e integridade;
- 7º - saúde e segurança no trabalho;
- 8º- energia (consumo de energia dentro e fora da organização, intensidade energética e redução do consumo de energia);
- 9º- desempenho operacional - indicadores de disponibilidade, confiabilidade etc.;
- 10º - treinamento e educação dos colaboradores;
- 11º - plano de descomissionamento das usinas nucleares;

12º - desempenho econômico - indicadores de disponibilidade, confiabilidade etc. – & emissões de gases de efeito estufa;
 13º - gestão de recursos humanos;
 14º - pesquisa e desenvolvimento tecnológico
 15º - biodiversidade;
 16º - relacionamento com a comunidade & práticas de governança;
 17º - combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil;
 18º - riscos e oportunidades;
 19º - mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais;
 20º - diversidade e igualdade de oportunidades;
 21º - impactos econômicos indiretos;
 22º - liberdade de associação e negociação coletiva;
 23º - direitos indígenas.

Engajamento de Stakeholders [G4-17] [G4-24] [G4-25] [G4-26] [G4-27]

O grupo de Stakeholders escolhido para participar da pesquisa de materialidade é uma parte com que a Eletronuclear interage. Foi composto por todas as entidades citadas no balanço de 2014 e mais outros grupos de interesse, devido a sua relevância ou de caráter estratégicos deveriam ser ouvidos. As manifestações e reclamações realizadas junto a ouvidoria, por assunto foram também observadas, como Aspecto material para a pesquisa. Os Seminários Anuais de Devolução que são realizadas nas cidades de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, que apresentam as ações socioambientais realizadas pela empresa no ano, nos auxiliaram também na composição dos temas materiais.

O Plano Estratégico das Empresas do Sistema Eletrobras apresenta como seguintes públicos de interesse que serviu como base para essa pesquisa de materialidade com os Stakeholders, identificando os grupos:

- Acionistas (Eletrobras);
- Fornecedores (em geral, de créditos, mão-de-obra, equipamentos, serviços etc.);
- Governo, Reguladores e fiscalizadores (MME, ONS, ANEEL, CNEN etc.);
- Público interno (funcionários da Eletronuclear e sindicalistas);
- Sociedade (entidades parceiras, SIPRON, universidades e sindicatos);
- Clientes (as 48 distribuidoras).

Um trabalho de sensibilização foi feito antes do início da pesquisa, solicitando aos grupos de Stakeholders os contatos de interesse, para envio do e-mail marketing com link da pesquisa.

Governança [G4-34]

Estrutura Organizacional e de funcionamento

A governança corporativa da Eletrobras Eletronuclear inclui as seguintes áreas principais:

O Conselho de Administração, constituído de seis conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano e possibilidade de reeleição, sendo um deles representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Walter Baere de Araújo Filho), cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente, a presidência do Conselho, ao qual se reporta a Auditoria Interna. O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se fizer necessário. A partir de 2012 foi incluído no CA mais um membro, o representante dos empregados, eleito por voto direto de seus pares dentre empregados ativos que nesta gestão é o Sr. Fabio Luiz Teixeira de Souza. A convocação dos acionistas para as Assembleias é feita através de publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, com antecedência mínima de oito dias e toda a documentação pertinente é colocada à disposição dos acionistas na sede da empresa. No caso das Assembleias Gerais Ordinárias que tratam das prestações de contas do exercício anterior, a convocação e disponibilização do material pertinente (relatório da administração; demonstrações financeiras; parecer dos auditores e do conselho fiscal, bem como demais itens da ordem do dia) se dá, no mínimo com 30 dias de antecedência. O artigo 22 do Estatuto Social define as atribuições do C.A., a orientação geral dos negócios da companhia assim como o controle dos programas e seus resultados. Pelo menos uma vez ao ano o Conselho de Administração se reúne (sem a participação do diretor presidente) para avaliar a atuação da diretoria executiva.

O Conselho Fiscal é constituído de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

A Diretoria Executiva é constituída de até cinco diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, a saber: Presidência: Diretoria de

Administração e Finanças; Diretoria de Operação e Comercialização; Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente; e Diretoria Técnica.

A essas diretorias estão subordinadas Assessorias; superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da empresa. Alterações na Estrutura da Organização são possíveis, quando necessário para o melhor andamento das atividades, e precisam ser propostas e aprovadas na Diretoria Executiva.

Políticas Integradas do Sistema Eletrobras

As políticas abaixo relacionadas estão disponíveis aos interessados na internet da empresa para consulta.

<http://www.eletronuclear.gov.br/Aempresa/PoliacuteticasEmpresariais.aspx>

- Código de Ética das Empresas Eletrobras;
- Código de Ética das Empresas Eletrobras (em quadradinhos);
- Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas;
- Política Ambiental das Empresas Eletrobras;
- Política de Bibliotecas das Empresas Eletrobras;
- Política de Comunicação Integrada;
- Política de Eficiência Energética;
- Política de Gestão de Documentos e Informações Corporativas das Empresas Eletrobras;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Gestão de Riscos;
- Política de Logística de Suprimento;
- Política de Patrocínios do Sistema Eletrobras;
- Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- Política de Regulação das Empresas Eletrobras;
- Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras;
- Política de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional nas Empresas Eletrobras;
- Política de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras;
- Política de Transações entre Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras;
- Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras;
- Política Integrada de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação;

- Procedimento Corporativo PC-AG-SS-01 REV. 01 - Requisitos mínimos de segurança do trabalho e saúde ocupacional a serem cumpridos por empresas prestadoras de serviço.

Políticas Corporativas da Eletrobras Eletronuclear

- Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional;
- Política da Qualidade;
- Política de Atenção e Prevenção aos Problemas Relacionados ao Uso, Abuso e Dependência de Álcool e outras Drogas – PRAD;
- Política de Gestão Integrada da Segurança da Eletrobras Eletronuclear;
- Política de Retenção de Informações Corporativas;
- Política de Segurança da Informação da Eletrobras Eletronuclear;
- Política de Seguros;
- Política de Terceirização de Serviços.

Comitês de Assessoramento

Existem comitês de assessoramento para equacionar questões que perpassem as atribuições de diversas diretorias estão abaixo relacionados:

- Comitê Coordenador Permanente para Questões de Gênero
- Comitê de Informatização De Editais e Contrato SCIJ
- Comitê de Supervisão Independente de Segurança da Eletronuclear – COSIS
- Comitê de Logística de Suprimentos
- Comitê Multidisciplinar de Ascensão – CMA
- Comitê Permanente de Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE
- Plano de Ação para Remediação da Deficiência Referente aos Benefícios Pós- Emprego
- Desoneração de Ativos não compatíveis com o negócio da empresa
- Comitê de Engenharia de Fatores Humanos (EFH) - para Angra 3
- Comitê de Educação
- Comitê Gerencial de resposta a FUKUSHIMA
- Gestão de Plano Plurianual – PPA
- Comitê de Investimentos da Eletronuclear
- Comitê de Eficiência Energética da Eletronuclear - CEEE
- Comitê de Gestão de Riscos
- Comitê de Qualidade Integrada – CQI

- Comitê de Controles Internos
- Comitê de Segurança da Informação
- Comitê Gestor do -Sistema de Gestão Ambiental - SGA
- Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
- Comitê de Normas
- Comitê do Plano Diretor
- Programa de Implantação do Padrão ERP – PROERP
- Certificação do Laboratório de Monitoração Ambiental – LMA
- Comitê de Sustentabilidade Empresarial
- Comitê de Análise da Operação Nuclear – CAON
- Comitê de Revisão da Operação das Usinas - CROU

As qualificações e o conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança são definidos no Estatuto Social e no Regimento Interno da Eletrobras Eletronuclear, disponíveis no seu endereço eletrônico:

www.eletronuclear.gov.br

Conflito de Interesses

Com relação a conflito de interesses, o Estatuto Social prevê no parágrafo único do Artigo 16 que:

O Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada concessionárias de serviço público de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma aos interesses específicos da Eletrobras Eletronuclear.

E com relação aos demais membros da Administração o artigo 14 prevê:

Cada membro da Administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e após deixar o cargo, apresentar declaração de bens, que será registrada em livro próprio. Desde 2012, é eleito o representante dos empregados no conselho de Administração e é definido no artigo 20 do mesmo Estatuto Social, em seu parágrafo 3 que: O conselheiro representante dos empregados não participa de discussões e deliberações quanto à remuneração, benefícios, vantagens e atividades sindicais evitando-se assim uma situação de conflito de interesses.

Ética e Integridade [G4-56]

Princípios e Valores

Eletrobras Eletronuclear

Os preceitos de sustentabilidade da gestão da Eletrobras Eletronuclear são definidos nas premissas do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015 - 2030, na Declaração de Posicionamento da Eletrobras Eletronuclear e em sua Política de Gestão Integrada da Segurança, respeitando o princípio de que:

"A segurança nuclear é prioritária e precede a produtividade e a economia, não devendo nunca ser comprometida por qualquer razão. "

Missão – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

Visão – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável a das melhores empresas do setor elétrico.

Valores:

- Foco em resultados
- Empreendedorismo e inovação
- Valorização e comprometimento das pessoas
- Ética e transparência

Declaração de Posicionamento

Adicionalmente, a individualidade da Eletrobras Eletronuclear é explicitada por meio da Declaração de posicionamento que orienta seus negócios e ações:

A Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração nucleoeleétrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo sistema Eletrobras. Atributos do posicionamento:

- Protagonista

Pela sua trajetória no setor, a Eletronuclear concentra inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeleétrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

- Expansão da Geração Nucleoeleétrica

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão de energia nucleoeleétrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

- Investindo de forma independente ou em Parceria

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recurso bastante expressivo. A Eletronuclear estará aberta às alternativas de viabilização dessa expansão.

- Energia limpa

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

- Segurança

A Eletronuclear pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança. Essas formulações são detalhadas em Políticas do Sistema Eletrobras e/ou específicas da Eletronuclear e em grupos de trabalho que estabelecem metas e objetivos para um horizonte de dez anos. Para mais detalhes ver políticas empresariais em:

Princípios e Normas Gerais de Conduta

A Eletrobras Eletronuclear tem o compromisso de agir sempre de forma correta e transparente com seus empregados, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, acionistas, comunidade, meio ambiente, órgãos governamentais, mídia e sindicatos, bem como exercer com responsabilidade sua função social.

Para tanto, exige-se dos empregados que observem princípios, normas e condutas consubstanciados no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Código de Conduta da Alta Administração Federal, e principalmente Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras que é aplicado a todos os agentes com os quais a empresa se relaciona.

Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras

Em dezembro de 2015, foi divulgado para todos os empregados do Sistema Eletrobras um Guia do Colaborador com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, que foi aprovado pela Diretoria Executiva e endossado pelo Conselho da Administração da *Holding*. O Guia apresenta um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das leis anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas.

Este Guia em conjunto com o Código de Ética das Empresas Eletrobras reúne os principais conceitos e medidas adotados pelo programa e se destina a todos os colaboradores das empresas Eletrobras, sejam eles conselheiros, diretores, gerentes, empregados, contratados, prestadores de serviços, estagiários ou jovens aprendizes.

Eletrobras Eletronuclear



Setorial Eléctrico

Categoria Econômica

Perfil Organizacional [G4-10] [G4-11] [G4-EU1] [G4-EU2] [G4-EU3] [G4-EU4] [G4-EU5]

[G4-EU1] Capacidade instalada por usina tipo de combustível e regime regulatório

A energia produzida pelas Usinas Angra 1 e Angra 2 são disponibilizadas no sistema interligado nacional – SIN, na região sudeste, e comercializada pelo regime regulado – ACR. Cada uma das 48 distribuidoras de energia do País possui uma cota-partes de compra compulsória dessa energia. A gestão da comercialização fica a cargo da CCEE – Câmara de Comercio de Energia Elétrica

GRI EU 1

Fonte de Energia Primária - Urânio	MW
Angra 1	640
Angra 2	1.350

[G4-EU2] Energia líquida gerada por fonte de energia primária e regime regulatório

Ano 2015	Quilos (Kg)	TEP	GJ
Urânio	2,15 E+05	1,59E+07	6,65E+08

1Kg de UO₂ = 73,908 TEP

1 TEP = 41,87 GJ

[G4-EU5] Quotas de emissões de CO₂ discriminada por certificado de crédito de carbono

A Eletronuclear não adquire certificados de créditos de carbono para compensar as emissões produzidas pelos sistemas auxiliares e nos geradores de emergência.

Forma de Gestão

A comercialização da energia produzida pelas Usinas Angra 1 e Angra 2 foi alterada pela Lei 12.111 e regulamentada pela Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012 que estabeleceu, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, o CCEN – Contrato de Comercialização da Energia Nuclear. Essa metodologia vigora desde 01 de janeiro de 2013 e define o cálculo das cotas-partes para compra compulsória desta energia por todas as empresas de distribuição do SIN. As Usinas Angra 1 e Angra 2 juntas somam uma energia assegurada de 1.584 MW médios que corresponde a uma produção anual de 13.875.840 MWh. A regulamentação abrange as 44 distribuidoras para o período de 2013 a 2018, determinado pela Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2012. A nova legislação estabeleceu também a receita fixa de venda da energia elétrica das Usinas Angra R\$1.882.640.327,56 e com reajuste anual por meio de regras da ANEEL. A liquidação financeira das cotas-parte ocorre mensalmente de acordo com o MLF – Mapa da Liquidação Financeira e conta com um Contrato de Constituição de Garantia Financeira assinado com cada uma das distribuidoras, a Eletrobras Eletronuclear e a CCEE. Caso a produção anual seja superior à energia assegurada, que é garantia física menos as perdas na Rede Básica e o consumo próprio das usinas, o excedente é comercializado pelo valor do PLD médio anual e dividido em duas partes iguais entre a Eletrobras Eletronuclear e as distribuidoras, pagos no ano seguinte, em 12 parcelas mensais.

Para a situação inversa, produção abaixo da energia assegurada, um ressarcimento é feito de forma integral, também em 12 parcelas mensais, às distribuidoras pela Eletrobras Eletronuclear. O montante do ressarcimento segue o critério da diferença entre a energia assegurada e a energia produzida, multiplicado pelo o maior valor entre o PLD médio anual e a “tarifa” que é a receita fixa de venda anual dividida pela energia assegurada. A tarifa praticada de janeiro a dezembro de 2013 corresponde ao valor de R\$ 135,69 MWh. Em 2015, não houve qualquer tipo de reclamação quanto ao suprimento de energia ou atendimento às distribuidoras, que tenha sido recebida

diretamente na empresa ou por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Para Angra 3 a Portaria Nº. 586 de 23/06/2010 do MME autorizou a celebração de Contrato de Energia de Reserva – CER entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a Eletrobras Eletronuclear para a contratação de até 1.184 MW médios de energia de reserva proveniente desta usina, na modalidade por quantidade de energia. O prazo contratual do suprimento é de 35 anos com início em 2016. A Portaria estabelece ainda que o preço desta energia de reserva, a valores de dezembro de 2009, não poderá ser superior a R\$148,65 por MWh.

A usina Angra 3, em construção, será adicionada ao complexo da CNAAA e não trará modificação quanto ao deslocamento de pessoas da região para outra localidade, uma vez que todas as atividades são realizadas dentro do perímetro já consolidado de 1,4366 Km² (conforme Base Cartográfica Digital – GSA – GIS Básico) onde se situam as duas outras usinas da central, que se encontram em operação desde 1985 (a unidade 1) e desde 2000, a unidade 2.

A variação populacional por imigração para a região devido à construção da nova Usina não tem sido grande, porque os novos trabalhadores são, sempre que possível, admitidos em seleção entre os habitantes da região.

Em 02 de setembro de 2015, a Eletronuclear decidiu suspender os contratos de montagem eletromecânica da Usina Nuclear de Angra 3, com Consórcio ANGRAMON, por 60 dias. Desde então as obras de construção de Angra 3 se encontram paralisadas.

Disponibilidade e Confiabilidade [G4-EU10]

Toda a energia gerada pela empresa é entregue ao Sistema Interligado Nacional - SIN na subestação de Itaorna, e é transmitida através das linhas de transmissão do Sistema de Transmissão de Furnas, sendo depois repassada às distribuidoras.

A Eletrobras Eletronuclear não transmite sua energia e tão pouco exerce as funções de distribuição aos consumidores finais, ficando estas atividades a cargo de outras empresas.

Eletrobras Eletronuclear

No Brasil o Planejamento Energético é responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética EPE que define através de estudos especializados as necessidades de expansão do parque de geração elétrica brasileiro nas próximas décadas.

O Plano Nacional de Energia – PNE 2030, estudo de longo prazo do Governo Federal para a área energética apontou a planejamento de longo prazo é requisito para a construção de usinas nucleares e está diretamente ligado ao planejamento do país. Além de Angra 3 identificou-se neste estudo a necessidade de mais quatro usinas até 2030, com potência instalada de 1.000 MW cada.

Gerenciamento pelo lado da demanda

Forma de Gestão

Pesquisa e desenvolvimento

Forma de Gestão

Plano de descomissionamento

Forma de Gestão

Descomissionamento nuclear

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. No caso das usinas termonucleares brasileiras a alternativa de desativação considerada, consiste no seu confinamento por um período de 10 a 30 anos, e no desmantelamento total das usinas Angra 1 e Angra 2.

De acordo com a Portaria nº 186 da CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear caberá a Eletronuclear a responsabilidade de realizar o descomissionamento das usinas nucleares de sua propriedade. Para fazer face aos gastos com as atividades a serem desenvolvidas ao final da vida econômica das usinas termonucleares a

Eletronuclear constituiu um Passivo contábil para utilização na ocasião em que tais gastos vierem a ser realizados. O registro contábil do passivo representa o valor presente da estimativa total de custos para o descomissionamento. A cada cinco anos, são reavaliados o tamanho dos recursos necessários para o descomissionamento das usinas, tomando como base experiências internacionais mais recentes. Assim, o montante reservado tem que cumprir o objetivo de ao final da vida útil das usinas, seja suficiente e necessários para o total desmantelamento e liberação da área, livre de qualquer resíduo ou contaminação.

Em paralelo, a Eletronuclear vem recolhendo ao Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, os recursos financeiros correspondentes de modo que ao final da vida útil econômica de suas usinas, estejam garantidos os recursos totais necessários. Tal fundo é exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, e seus valores estão lançados no Balanço Financeiro da Empresa. O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos.

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	73.344	58.875
Quotas de 2008 a 2014	182.236	178.150
Total de quotas recolhidas	255.580	237.025
Plano de Recolhimento Adicional - quotas 2005 a 2007	3.117	-
Ganhos líquidos auferidos acumulados	234.241	97.844
Patrimônio líquido do fundo	492.938	334.869
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	7.025
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	492.938	341.894

Eficiência do sistema [G4-EU11] [G4-EU12]

Eletronuclear

	MWt	MWe	Eficiência térmica
Angra 1	1882	640	34,01%
Angra 2	3764	1350	35,87%

As perdas na transmissão da energia da CNAEA até o centro gravitacional de carga foram em 2015 de 2,23%.

Categoria Ambiental

Materiais [G4-EN1]

Não se aplica

Água [G4-EN8]

Biodiversidade [G4-EN12] [G4-EU13]

Emissões [G4-EN15] [G4-EN16] [G4-EU21]

Efluentes e Resíduos [G4-EU22] [G4-EU23]

Categoria Social

Subcategoria: Práticas trabalhistas e trabalho decente

Empregos [G4-LA1] [G4-EU15] [G4-EU17] [G4-EU18]

Saúde e segurança [G4-LA6]

No processo de produção e operação não existe uma propensão de uma doença específica ao quais os trabalhadores estão expostos.

Subcategoria: Direitos Humanos

Liberdade de associação e acordos coletivos

Forma de Gestão

A liberdade de associação é respeitada e todos empregados são representados por sindicatos que celebram anualmente, acordos coletivos de trabalho com a empresa. Desde 2005, a Eletronuclear tem uma assessoria de Relações Trabalhistas ligada diretamente a diretoria de administração, com a missão de mediar conflitos e as demandas dos sindicatos dos empregados e os interesses da Empresa.

Subcategoria: Sociedade

Comunidade locais [G4-EU22]

Forma de Gestão

A Usina Angra 3, em construção, será adicionada ao complexo da CNAAA e não trará modificação quanto ao deslocamento de pessoas da região para outra localidade, uma vez que todas as atividades são realizadas dentro do perímetro já consolidado de 1,4366 Km², conforme Base Cartográfica Digital – GSA – GIS Básico, onde se situam as duas outras usinas da central, que se encontram em operação desde 1985 a Usina Angra 1 e desde 2000, a Usina Angra 2.

A variação populacional por imigração para a região devido à construção da nova Usina não tem sido grande, porque os novos trabalhadores são, sempre que possível, admitidos em seleção entre os habitantes da região.

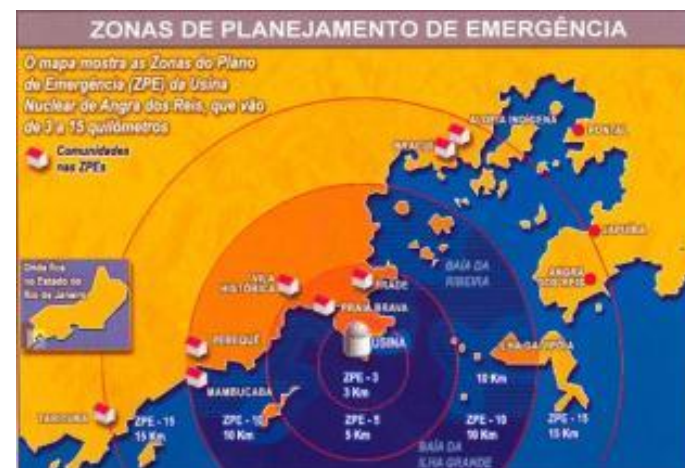
Planos de emergência e respostas à desastres [G4-EU22]

Forma de Gestão

Plano de Emergência Integrado

A segurança da população das redondezas também é prioritária. Por ser uma instalação industrial de grande porte, a CNAAA tem um plano de emergência integrado, a ser utilizado em caso de acidente nuclear, elaborado por diversos organismos de defesa, tais como Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros etc. e que é testado, periodicamente, em exercícios simulados com a presença da CNEN e de organismos internacionais, como a AIEA, que asseguram a adequação do plano. O objetivo do Plano é estabelecer um planejamento para situações de emergência

resultantes de acidente radiológico na Unidade 1 ou Unidade 2 da CNAAA. O Plano atende ao disposto no Lei 12.731/2012, nova lei do SIPRON, que institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e foi sancionada em 22 de novembro 2012. O Plano obedece às Normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, das Normas da International Atomic Energy Agency - IAEA e outras. Para fins de planejamento, coordenação e controle de medidas de proteção, nos casos de emergências radiológicas, considera-se uma área situada a aproximadamente dentro dos limites de um círculo com 15 km de raio, cujo centro é o reator da Unidade 1 da CNAAA. Segundo as normas pertinentes e visando facilitar a execução das medidas de proteção necessárias, a área em questão foi dividida, além da Área de Propriedade da Eletronuclear (APE), em quatro regiões concêntricas, denominadas Zonas de Planejamento de Emergência (ZPE). APE é a área que circunda a CNAAA, de Propriedade da Eletronuclear, compreendendo as Unidades 1 e 2, o canteiro de obras da Unidade 3, as instalações de apoio nas imediações do canteiro, Piraquara de Fora e Vila Residencial de Praia Brava. As ZPE-3, ZPE-5, ZPE-10 e ZPE-15 são as áreas compreendidas, respectivamente, entre o círculo de raio 3 km e a APE; entre os círculos de raios 5 e 3 km; entre os círculos de raios 10 e 5 km; e entre os círculos de raios 15 e 10 km, todos centrados no reator da Unidade 1.



Eletrobras Eletronuclear

A Eletronuclear atua diretamente na sua Área de Propriedade (APE) através da execução das ações e medidas de proteção previstas no Plano de Emergência Local – PEL e colabora com a Defesa Civil Estadual e com a Comissão Nacional de Energia Nuclear na execução das medidas a serem tomadas na ZPE-3 e ZPE-5, para o plano de emergência estadual - PEE. Fora da APE, cabe ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Defesa Civil Estadual, planejar e executar as medidas de proteção necessárias em caso de Emergência Radiológica. Estas medidas, que serão apoiadas pela Defesa Civil Municipal de Angra dos Reis, estão descritas no seu Plano de Emergência Externo (PEE/RJ) Cabe a Defesa Civil Federal, como órgão de Coordenação Setorial do SIPRON e como órgão Central do SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil, supervisionar a aplicação das medidas de proteção previstas fora da APE, assim como orientar e coordenar as organizações que estarão envolvidas numa situação de Emergência Radiológica. A partir da declaração da situação de emergência, após receber a notificação da Eletronuclear, cabe a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN notificar o Órgão Central do SIPRON e o Departamento Geral de Apoio Comunitário (DGAC), conforme previsto em seus procedimentos.



Eletronuclear

O planejamento prevê ações em uma área de até 15 km em torno da Central Nuclear, que conta com um sistema de som capaz de transmitir alertas e informações. As estações locais de rádio e TV também fazem parte do plano e estão preparadas para divulgar instruções em caso de necessidade. Escolas municipais são relacionadas como abrigos pré-definidos para o caso de necessidade de remoção da população no evento de uma emergência. São elas: Nova Perequê; José Luiz Resek (Frade); Cleusa Jordão (Japuiba); Tereza Pinheiro de Almeida (Japuiba); Mauro Sérgio da Cunha (Campo Belo); Francisco Pereira da Rocha (Morro Azul); Tânia Rita de Oliveira (CIEP municipalizado do Belém). Campanhas de esclarecimento também são realizadas, incluindo a distribuição anual de 40 mil calendários, de casa em casa, com instruções sobre como os moradores devem agir em situações de emergência.



O calendário chama a atenção, também, para o teste mensal do sistema de som nas localidades próximas às usinas. O teste acontece todo dia 10 de cada mês, às 10 horas da manhã, para não confundir os moradores. A Eletrobras Eletronuclear mantém grupos de trabalho formalmente constituídos (Plantão de Sobreaviso) para situações de emergência e também Centros de Emergência, faz simulações e treinamentos com seu corpo funcional, mantém plantões de emergência 24h por dia, em sete dias da semana, tem equipe e procedimento de apoio médico emergencial e pode contar, nestas situações de emergência, com o apoio

médico-hospitalar do Hospital Naval Marcílio Dias para o atendimento aos acidentados com radiação, conforme convênio firmado com a Diretoria de Saúde da Marinha. Para mais detalhes veja: Plano de Emergência Local - O Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON é uma rede nacional de contatos formada prontamente em qualquer evento de emergência nas usinas nucleares. O governo tem capacidade para retirar, em caso de vazamento de radiação para a atmosfera, todos os cerca de 10 mil moradores próximos às usinas, em menos de quatro horas, em um raio de até 5 quilômetros. O plano de evacuação da área inclui o uso de embarcações da Marinha e de aviões da Aeronáutica, caso haja algum tipo de bloqueio na BR-101, conhecida naquele trecho como Rio-Santos, como queda de

barreira ou de pedras sobre a pista. Além disso, a empresa também monitora as encostas próximas às usinas uma vez que a região é sujeita a desmoronamentos em caso de fortes chuvas.

Comunicação do Plano de Emergência Integrado

A Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA desenvolveu um mecanismo para a pronta e consistente comunicação ao público da importância que têm, para a segurança, os eventos ocorridos em instalações nucleares. Neste sentido palestras vem sendo realizadas para a comunidade. Os encontros são programados dentro do plano de emergência para fortalecer a campanha de esclarecimento sobre os procedimentos usados durante o exercício geral que se realiza de dois em dois anos. Visando manter o Plano de Emergência Externo (PEE/RJ) sempre em condições de acionamento, nos anos pares, são realizados os Exercícios de Emergência Parcial, e, nos anos ímpares, os Exercícios de Emergência Geral, quando são postas em prática todas as ações revistas no Plano, inclusive a simulação de evacuação da população circunvizinha à Central Nuclear O sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras prevê a mobilização imediata de centenas de profissionais, nos três níveis de governo, em menos de uma hora, caso haja algum tipo de acidente radioativo.

Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear.

O exercício geral do plano de emergência para a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), realizado nos dias 23 e 24 de setembro, reuniu mais de 600 pessoas, 200 viaturas, três aeronaves e diversas embarcações de 58 diferentes instituições, em Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro.

O treinamento acontece a cada dois anos desde 1994 com o objetivo de avaliar a eficácia das medidas previstas para o caso de uma emergência nuclear na região. Esse ano, o exercício simulou pela primeira vez a liberação de material radioativo a partir de um acidente na usina Angra 1. O alto grau de improbabilidade na ocorrência de um evento como este exigiu a elaboração de um cenário em que as principais barreiras e medidas de segurança fossem propositadamente negligenciadas. É a segunda vez que um exercício com esta complexidade é realizado no mundo, sendo a primeira em 2005 na Hungria.

Eletrobras Eletronuclear



Desembarque de evacuados no cais de Santa Luzia, em Angra

A partir daí diversas ações de proteção à população local e ao meio ambiente foram deflagradas, como a remoção de moradores, o isolamento de áreas de risco, montagem de hospitais de campanha e a instalação de centros de descontaminação. A simulação contou com a ativação de centros de coordenação e controle instalados em Angra dos Reis, Rio de Janeiro e Brasília, onde especialistas de diversas instituições monitoraram conjuntamente a evolução do acidente simulado. “A participação simultânea garante que, numa situação real, as decisões sejam tomadas e as ações executadas rapidamente”, avaliou o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, José Elito Siqueira.

Treinamento aprimora proteção à população

A Defesa Civil do Estado do Rio e o Corpo de Bombeiros também destacaram a eficácia das soluções apresentadas pelos centros de coordenação. “Com o término do exercício, estamos certos da plena capacidade de resposta das diversas agências

envolvidas”, disse o secretário de Estado de Defesa Civil e comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, coronel Ronaldo Alcântara. O secretário Municipal de Defesa Civil de Angra, Marco Oliveira, considerou que o exercício ajuda a aprimorar o sistema que garante a segurança da população no entorno das usinas. “O exercício auxilia o aperfeiçoamento das ações da Defesa Civil de Angra e Paraty e na integração das diversas organizações que atuarão juntas no caso de um acidente real”, disse.

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) – órgão vinculado ao GSI – é o responsável pela organização do exercício. A coordenação das ações de resposta é da Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro.



Centro de Coordenação e Controle de Emergência Nuclear (CCCEN), que coordena as ações do exercício

Simulação do acidente

Eletrobras Eletronuclear

A simulação de acidente também previu um cenário que incluiu o risco de liberação de radiação para o meio ambiente e a decretação de situação de emergência. Parte dos residentes em um raio de cinco quilômetros em torno das usinas, incluindo habitantes das ilhas, foi removida e abrigada em escolas estaduais, municipais e no Colégio Naval de Angra dos Reis. Eles foram convidados e participaram voluntariamente do exercício. A inclusão da evacuação a pé no roteiro do exercício geral foi consequência do bom resultado obtido no pré-exercício realizado no passado, que contou com a participação de voluntários da empresa. Na ocasião, o treinamento durou cerca de 1h20 e transcorreu de forma tranquila. Foi importante que todos tivessem conhecimento de mais essa alternativa de evacuação para o caso de uma emergência. No dia do exercício, dois grupos se concentraram no ponto de reunião B e de lá saíram em direção à Rio-Santos. Um grupo seguiu pela rodovia na direção de Paraty e o outro, na de Angra dos Reis. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) fez a segurança dos participantes da atividade. Atualmente, o plano de emergência da central nuclear prevê evacuação por terra, utilizando automóveis e ônibus. Além disso, há estudos para a utilização de rotas de emergência pelo mar, em barcos. A saída a pé seria mais uma alternativa. Embarcações e veículos terrestres do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foram mobilizadas. Integrantes da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal organizaram o deslocamento de automóveis e pedestres. Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e unidades hospitalares auxiliaram no atendimento à população. Profissionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) – unidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – ficaram de prontidão para, no cenário da simulação, medir a radioatividade na região e monitorar pessoas que pudessem ter recebido doses de radiação. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República é o responsável pela coordenação do exercício, já que é o órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron). A organização detalhada das ações do exercício foi realizada pelo Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis (Copren/AR). O comitê reúne representantes de GSI, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Eletronuclear, Cnen, Defesa Civil (nacional, estadual e municipais de Angra dos Reis e Paraty), Corpo de Bombeiros e Instituto Estadual do Ambiente (Inea), do Rio de Janeiro. Durante o exercício são ativados: o Centro de Informações de Emergência Nuclear (Cien), o Centro da Secretaria de Governo e Defesa Civil de Angra dos Reis, o Centro Estadual de Gerenciamento de uma situação de Emergência

Nuclear (Cestgen) e os centros internos da Eletronuclear. Visando manter o PEE/ RJ sempre em condições de acionamento, nos anos pares são realizados os exercícios de emergência parcial, e nos anos ímpares, os exercícios de emergência geral, quando são postas em prática todas as ações revistas no plano, inclusive a simulação de evacuação da população circunvizinha à Central Nuclear. No Brasil, nunca houve o registro de acidentes relevantes em usinas nucleares. Os exercícios do plano de emergência são uma evidência do cuidado extremo que o setor nuclear tem em todas as suas ações. As atividades são resultado, justamente, da preocupação com saber o que fazer, com competência e precisão, na remota hipótese de um acidente real.



No período de 1996 a 2014, foram realizados vários exercícios de resposta à emergência nuclear na central nuclear de Angra, com a participação de peritos e observadores nacionais e estrangeiros, incluindo integrantes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Essa troca de experiências já resultou na revisão da legislação do setor e tem permitido um aperfeiçoamento contínuo do plano de emergência. Além de telefonia fixa e celular, há conexão via satélite, o que garante a continuidade da comunicação mesmo em casos extremos, como apagões de energia ou quedas de torres de telefonia. O exercício parcial permite, entre outras ações, avaliar a capacidade de comunicação entre as organizações envolvidas e a eficiência

da ativação dos centros de emergência. O Plano de Emergência Local – PEL atende a todos os requisitos tanto do Órgão Regulador brasileiro quanto internacionais.

Após avaliação das condições extremas para implantação do Plano de Emergência no contexto do evento de Fukushima foram identificadas oportunidades para melhoria do Plano existente, listadas a seguir:

- Melhoria da comunicação entre Centros de Emergência;
- Melhoria da proteção contra exposição radiológica em alguns Centros;
- Construção de atracadouros para disponibilizar rota diversa de evacuação por mar;
- Estabelecimento de trilhas para apoiar a evacuação da vila de pessoal das Usinas em caso de bloqueios da rodovia próximos à saída dessa vila;
- Possíveis modificações de procedimentos resultantes das recomendações do guia de proteção radiológica em situação de acidente severo, em desenvolvimento pelo grupo ISOE/NEA/OECD/AIEA. As novas instalações do Centro de Coordenação e Controle de Emergência Nuclear (CCEN) – que coordena as ações locais do plano – ficaram interligadas em tempo real com outros centros de controle situados na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília.

Plano de Emergência de TI

O plano de Continuidade de Tecnologia da Informação – PCTI da Eletronuclear é restrito à infraestrutura e serviços de tecnologia de informação que visa estruturar o processo de resposta a desastres que tenham como consequência a interrupção de processos críticos. Este plano tem como objetivo garantir a continuidade dos serviços de TI necessários para a Continuidade de Negócios da Eletronuclear e considera o colapso da infraestrutura de TI em cada uma das suas instalações. O desastre considerado tendo como referência o conceito de “pior cenário”, (*worst case scenario*), para o caso do prédio onde estão instalados os recursos de TI fique indisponível por tempo superior ao suportado pelos usuários do SAP. Esse processo crítico foi definido como prioritariamente a ser recuperado. Com o apoio de equipes de contingência, que são constituídas por empregados qualificados e com atribuições

específicas, em que uma vez decretada a contingência, uma série ações coordenadas por vários membros líderes são executadas. Um local alternativo será identificado para uso após o desastre, onde cópias de segurança dos dados serão instaladas e o reestabelecimento do sistema. Contamos ainda com duas salas-cofre, nas localidades do Rio de Janeiro e Mambucaba, isso faz que o risco de interrupção dos serviços de infraestrutura se mantenha a níveis plenamente aceitável.

Plano de Atendimento à Emergência e Plano de Gerenciamento de Risco

Plano de Ação de Emergência - PAE é parte integrante do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e estabelece as diretrizes necessárias para atuação em situações emergenciais que tenham potencial para causar repercussões tanto internas, como externas aos limites da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAB, localizada em Itaorna – RJ.

O Plano apresenta os procedimentos de respostas às situações emergenciais que eventualmente possam vir a ocorrer nas instalações do empreendimento, além de definir as atribuições e responsabilidades dos envolvidos de forma a propiciar as condições necessárias para o pronto atendimento as emergências, por meio do desencadeamento de ações rápidas e seguras.

Da mesma forma, o PAE tem por finalidade integrar as ações de resposta as emergências entre as diversas áreas da empresa, e desta com outras instituições, possibilitando assim o desencadeamento de medidas integradas e coordenadas, de modo que os resultados esperados possam ser alcançados, ou seja, a minimização de danos às pessoas e, ou patrimônio, bem como em relação aos eventuais impactos ambientais.

O principal objetivo do Plano de Ação de Emergência é orientar, disciplinar e determinar os procedimentos a serem adotados pelos funcionários e colaboradores em geral durante a ocorrência de situações de emergência durante a operação da Eletronuclear.

O Plano de Gerenciamento de Risco – PGR que se baseou no Estudo de Análise de Risco EAR, que avalia através de um levantamento minucioso das áreas potencialmente perigosas tais como, depósito de produtos químicos, combustíveis – óleo diesel, óleo combustível e gasolina dentre outros. Cada setor crítico, tem um responsável para implementar e coordenar, as junto a sua equipe de apoio, as ações de emergência ou de risco potencial ou eminente.

Plano de Auxílio Mútuo da Costa Verde

As empresas da região da Costa Verde contam com o um plano de auxílio mútuo que possibilita integrar recursos para atendimento a emergências, onde a Eletronuclear faz parte deste grupo. Com o objetivo de aumentar a sinergia de apoio a situações de emergência, de forma a mitigar

Sub-categoria: Responsabilidade do produto

Saúde e segurança dos consumidores [G4-EU25]

Forma de Gestão

Não se aplica

Acesso à energia e serviços [G4-EU26] [G4-EU27] [G4-EU28] [G4-EU29] [G4-EU30]

Forma de Gestão

A Eletronuclear é apenas uma geradora de energia, não executa as tarefas de transmissão e distribuição de energia elétrica e, portanto, não temos consumidores finais. No entanto, apoiamos por vários anos o Programa de Governo federal Luz para Todos, que no início do ano foi descontinuado, devido a uma reformulação do programa.

Fator de Disponibilidade das Usinas

discriminado por fonte e por regime regulatório

GRI EU 30

Fonte de Energia Primária - Urânio	2015	2014	2013
Angra 1	73,68%	88,71%	71,20%
Angra 2	90,60%	88,90%	90,20%
CNAAA	84,1%	88,9%	84,2%

Os valores obtidos da média ponderada, considerando a capacidade instalada. As potências das usinas são as seguintes:
Angra 1 - 640 MW e Angra 2 - 1.350 MW

Reabastecimento de Combustível

Parada Programada

GRI EU 30

Angra 1	2015	2014	2013
Parada	1P21	1P20	1P19
Dias	58,6	36	61
Horas	1.407	851	1.463
Angra 2	2015	2014	2013
Parada	2P12	2P11	2P10
Dias	31,75	39,1	28,9
Horas	762	939	694

Desligamentos não Programados

GRI EU 30

Angra 1	2015	2014	2013
Número de eventos	5	2	8
Dias	15	2	16
Horas	358	52	381
Angra 2	2015	2014	2013
Número de eventos	1	1	5
Dias	0,6	1,2	2,1
Horas	15	28	51

Acesso as informações

Forma de Gestão

No site da Eletronuclear conta com recursos de acessibilidade e visualização afim de facilitar a navegação para portadores de necessidades especiais. Outros 6 idiomas estão disponíveis para visualização das informações em nosso site.



Dimensão Social

Categoria Social

Subcategoria: Práticas trabalhistas e trabalho descente

Aspecto: Empregos [G4-LA1] [G4-EU15] [G4-EU17] [G4-EU18]

Forma de Gestão

Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e religião [G4-LA1]

2.3 - Composição do Corpo Funcional	2015	2014
Nº de empregados no final do exercício	1.949	2.287
Nº de admissões	8	65
Nº de demissões	293	364
Nº de estagiários no final do exercício	185	128
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	15	16
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	0	0
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	1.571	1.872
- Feminino	378	415
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	425	513
- De 36 a 60 anos	1.349	1.478
- Acima de 60 anos	175	298
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	0	0
- Com ensino médio	271	354
- Com ensino técnico	865	963
- Com ensino superior	583	597
- Pós-graduados	230	373
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	83,90%	87,50%
- Feminino	16,10%	13,50%

Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização [G4-LA2]

Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero [G4-LA3]

Eletrobras Eletronuclear

Aspecto: Relações trabalhistas

Forma de Gestão

Todos os empregados da Eletrobras Eletronuclear são contratados pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), através de concurso público e são formalmente representados por sindicatos filiados à Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/CUT e da Força Sindical.

A empresa tem se relacionado com estas entidades nas mais diversas instâncias e em especial nas discussões coletivas de política salarial. Tanto a empresa como os sindicatos são regidos pelas leis brasileiras no que diz respeito a greves e outras manifestações de seus empregados. A campanha salarial do setor elétrico visando o Acordo Coletivo de Trabalho unificado ocorre em maio, na data base da categoria, em mesa de negociação nacional com representantes dos empregados e de todas as empresas do Sistema Eletrobras. Similarmente também se discutem as metas para pagamento da Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Existe ainda um fórum em cada empresa do sistema para discutir os mesmos temas, porém em acordo específico.

O Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, irá vigorar pelo prazo de dois anos, desde 01/05/2015 e nele ocorreu um reajuste salarial de 8,17% para os empregados e o mesmo percentual para reajuste dos benefícios. Em 2016, reajuste de salários e benefícios pelo IPCA Pleno, compreendendo o período de 01/05/2015 até 01/04/2016. A garantia de pagamento de salários sem atrasos. Inclui-se ainda auxílios diversos como auxílios alimentação/refeição; creche e pré-escola; plano médico-odontológico; óculos; educacional; medicação de uso contínuo etc.

Além das cláusulas de natureza econômica, diversas cláusulas de relações de trabalho fazem parte do acordo acertado, inclusive as que tratam dos impactos de inovações tecnológicas; garantia de treinamento adequado; diminuição de vantagens; prevenção de práticas discriminatórias; garantia de equidade entre os trabalhadores; licença e proteção à maternidade; transferência de local de trabalho etc.

Todos os benefícios oferecidos pela empresa e mantidos no novo acordo tiveram seus valores reajustados pelo índice anual IPCA.

Política Salarial

A qualidade da gestão de pessoas na Eletrobras Eletronuclear se traduz também em sua política salarial na qual se baseia seu Plano de Cargos e Salários – PCS, cujo piso salarial mínimo não é balizado pelo salário-mínimo da região e está dividido em vários planos de carreira, com os empregados são enquadrados conforme suas habilidades e competências, sem qualquer distinção de gênero, raça, faixa etária ou outro indicador que não seja o próprio mérito. Os empregados são avaliados anualmente por critérios técnicos que norteiam sua progressão funcional. Durante esse processo, também as chefias são avaliadas pelos subalternos, sendo garantido ao avaliador o total sigilo sobre as opiniões fornecidas, proporcionando segurança ao empregado para expressar sua opinião sem pressões de ordem hierárquica. Essa política é discutida e aprimorada anualmente, durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, com os diversos sindicatos representantes de todas as categorias de empregados. Para o ACT, existe uma pauta nacional anual de todo o setor elétrico e uma pauta específica por empresa do setor, que são negociadas na data-base (mês de maio), com todos os sindicatos envolvidos, com cláusulas financeiras e outras reivindicações dos empregados que abrange saúde, treinamento, avaliação funcional etc.

Os salários praticados na empresa em 2015 o menor valor pago foi R\$2.606,28 por mês tanto para homens quanto para mulheres, o que corresponde a 3,6 vezes o mínimo vigente no país no ano. O PCS da Eletrobras que é único para todas as empresas do sistema.

Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletivas [G4-LA4]

Aspecto: Saúde e segurança

Forma de Gestão

A preocupação da Eletrobras Eletronuclear com a segurança de seus colaboradores se pauta pelas leis trabalhistas e nucleares e tem forte foco no treinamento de segurança e no uso adequado dos EPI - Equipamentos de Proteção Individual, buscando, continuamente, a qualidade máxima, com a disponibilização de produtos e serviços que garanta o nível de excelência na área de prevenção de acidentes. Neste contexto a Empresa mantém um Serviço Especializado em Medicina e Segurança do Trabalho – SESMT, para dar assessoramento e apoio, no âmbito de toda a ELETRONUCLEAR, nos assuntos relativos à prevenção de acidentes. O Manual de Segurança do Trabalho e Saúde

Ocupacional da Eletronuclear está disponível na Intranet, no “link” SEGURANÇA DO TRABALHO / MANUAL e é uma ferramenta indispensável na prevenção de acidentes. Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho são definidos em comum acordo com todos os empregados, e existem comitês de saúde e segurança do trabalho com participação de representante dos empregados. Esta participação dos trabalhadores é garantida em acordo coletivo nacional de trabalho (Cláusula número 37 do ACT 2013/2015). O Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho-SESMT é vinculado, por cooperação ao PCMSO - Plano de Controle Médico de Saúde Ocupacional, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos seus trabalhadores. O PCMSO tem caráter de prevenção, rastreamento e diagnósticos precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho inclusive de natureza subclínica (não diagnosticado) além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores. Os dados relativos aos acidentes de trabalho são apurados de acordo com a metodologia da Organização Internacional do Trabalho – OIT. O Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional de acordo com a Norma Regulamentadora Nº 7, onde são realizados os exames ocupacionais, que visam à avaliação das condições de saúde e o estabelecimento da aptidão laborativa, englobando os exames admissionais, periódicos, mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais. Este programa contempla também a saúde da mulher com a realização de exames específicos tais como: exame ginecológico com colpocitologia e exame clínico das mamas, ultrassonografia mamária, transvaginal e mamografia, proporcionando tratamento especial a este segmento.

Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho [G4-LA5]

Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero [G4-LA6]

Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação [G4-LA7]

Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos [G4-LA8]

A Empresa mante Acordos Coletivos de trabalho específico (Somente da Empresa) e Nacional (todo o sistema elétrico). No momento ambos estão em vigor até 30/04/2016. A seguir as cláusulas que dão cobertura:

Eletrobras Eletronuclear

5 - Pessoas com necessidades especiais
 7 - Readaptação
 9 - Orientação quanto a prevenção de práticas discriminatórias
 12 - Licença para trabalhadores vítimas de violência doméstica.
 13 - Da Proteção à maternidade
 15 - Licença maternidade
 16 - Licença para acompanhamento
 28 - Adicional de Penosidade
 31 - Adicional de Insalubridade
 37 - Comitê de saúde e segurança do trabalho
 38 - Complemento auxílio doença

ABRANGÊNCIA

Todos os empregados da Empresa pertencentes às categorias profissionais representadas pelos seus respectivos sindicatos. A vigência dos Acordos é de 01 de maio de 2015 a 30 de abril de 2016.

Aspecto: Treinamento e Educação

Forma de Gestão

As políticas relacionadas a treinamento contempla a informação, capacitação, manutenção, e doutrinação de Empregados próprios e Prestadores de serviços (nacionais e estrangeiros). Este programa contém treinamento e retreinamento dos empregados em geral que consiste de 4 módulos: Módulo 1 - Treinamento de Empregados em Geral designado para prestar serviço nas áreas protegida, vital não controlada e vital controlada da Usina Nuclear e Treinamento Inicial aplicável a todo novo empregado de empresas contratadas (exceto estrangeiros) designado para prestar serviço nas áreas protegida, vital não controlada e vital controlada da Usina Nuclear. Módulo 2 - Curso de Doutrinação : Treinamento de acesso aplicável em caráter eventual, a todo pessoal que irá exercer atividade técnica ou administrativa, nas áreas protegida e vital não controlada da Usina Nuclear. Módulo 3 - Curso de Retreinamento dos Empregados em Geral aplicável a todo empregado administrativo, auxiliar e técnico, da Eletronuclear e das empresas contratadas, que executa tarefas nas áreas protegida e vital não controlada da Usina Nuclear e não necessitam de escolta nessas áreas. Módulo 4 - Treinamento Inicial de Parada aplicável a todo novo empregado de empresas contratadas (exceto estrangeiros) designado para prestar serviço de parada nas

Eletrobras Eletronuclear

áreas protegida, vital não controlada e vital controlada da Usina Nuclear. Estes módulos têm como conteúdo programático de Segurança e saúde do trabalho, os seguintes assuntos: Segurança Industrial, Prevenção contra incêndio, Atendimento de Emergência PréHospitalar, Proteção Radiológica, Risco Elétrico (aplicável somente ao TEG) e Cultura de Segurança. São adotados treinamentos das NR Normas Regulamentadoras em cumprimento às disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.

Realiza-se treinamentos, teóricos e práticos, para o pessoal da Eletronuclear e de outras organizações nucleares, nacionais e estrangeiras, visando uma capacitação para o funcionamento otimizado e seguro de usinas nucleares; Atende aos Programas de Treinamento estabelecidos pelos setores da Eletronuclear e pelas instituições clientes; Estabelece uma relação de parceria com os órgãos normativos, para melhorar os processos relacionados com o treinamento do pessoal envolvido em atividades de geração de energia nuclear; Desenvolve equipe de empregados com habilidades múltiplas e flexíveis, através da realização de programa interno de treinamento e capacitação.

Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional [G4-LA9]

Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria [G4-LA10]

Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional [G4-LA11]

Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidade

Forma de Gestão

Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade [G4-LA12]

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS				
Empregados/ empregabilidade/ administradores				
a) Informações gerais	2015	2014	2013	2012
Número total de empregados (incluindo os 4 Diretores não funcionários) *	1.971	2.287	2.542	2594
Empregados até 30 anos de idade (%) *	7,40%	8,65%	8,87%	10,88
Empregados com idade entre 31 e 40 anos / (%) *	32,22%	29,07%	26,08%	25,59
Empregados com idade entre 41 e 50 anos / (%) *	25,99%	22,21%	19,36%	18,65
Empregados com idade superior a 50 anos/ (%) *	34,40%	40,05%	45,67%	44,88
Número de mulheres em relação ao total de empregados / (%)	19,68%	18,14%	18,49%	18,81
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	15,54%	12,50%	10,25%	9,25
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	4,26%	3,76%	3,80%	3,73
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	20,85%	19,63%	22,82%	18,61
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	7,98%	9,16%	6,41%	6,16
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	8,47%	5,59%	5,14%	6,59
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	4,71%	3,76%	3,42%	3,5
Empregados portadores de deficiência	16	16	21	20
Número de Jovem Aprendiz	93	86	87	92
Número de Autônomos	19	44	51	50
Número de Estagiários	167	128	159	163

b) Remuneração, benefícios e carreira.	2015	2014	2013	2012
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
Pagamento Bruto (Remuneração Bruta + Encargos Sociais Compulsórios)	570.597	594.357	544.928	490.654
Folha de Pagamento Bruta (Remuneração Bruta + Remuneração Administradores)	415.541	429.992	395.044	357.023

Aspecto: Igualdade de Remuneração para Mulheres e Homens

Forma de Gestão

A Eletronuclear tem um Comitê Coordenador Permanente para Questões de Gênero, que dentre seus objetivos está o Empoderamento das mulheres e raça com igualdade de remuneração. O Comitê dissemina as recomendações governamentais de equidade de gênero, no âmbito interno e acompanha o desenvolvimento das ações empresariais, considerando os quatro eixos

Eletronuclear

temáticos: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento da violência contra as mulheres. Como o trabalho executado ao longo de anos a Eletronuclear conquistou o selo da 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pela secretaria de políticas para as Mulheres (SPM) da presidência da república. Para receber o selo, as instituições participantes precisam implementar um plano de ação, auditado por especialistas da SPM. A adesão é voluntária.



Tereza Mateus (à extrema direita) e representantes da Eletronuclear receberam o selo em Brasília. Na foto, posam juntamente com a secretária de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci

Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes [G4-LA13]

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas

Forma de Gestão

Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas [G4-LA14]

Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito [G4-LA15]

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas

Forma de Gestão

Foi instituída em julho de 2012 ~~pela Circular Geral — CGE Nº 036/12~~, a Ouvidoria da Segurança do Trabalho da Eletrobras Eletronuclear, dotada da infraestrutura necessária ao seu funcionamento, com responsabilidades e atribuições definidas nas diretorias. Este é o mecanismo através do qual os empregados ou aqueles que prestam serviços temporários as empresas podem apresentar sugestões, reclamações, elogios e denúncias com o propósito de contribuir para que a empresa mantenha os elevados padrões de segurança. A Ouvidoria de Segurança do Trabalho visa promover as melhores práticas de gestão nas atividades referente à Segurança do Trabalho e como consequência constituir-se um Centro de Excelência. A participação dos empregados e interessados neste novo canal de comunicação é muito importante para que se continue a aperfeiçoar as ações de prevenção, eliminação, controle e redução de acidentes de trabalho, já adotadas pela Empresa. Dentre outras atribuições a Ouvidoria de Segurança do Trabalho visa: - orientar os gerentes e empregados da empresa e dos prestadores de serviços, sobre os riscos, e na identificação de atividades e ambientes perigosos que possam causar danos a sua segurança no trabalho e saúde; e - promover ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Compete à Divisão de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, atuar para atender as sugestões apresentadas. O link a seguir faz contato com os responsáveis na Ouvidoria de Segurança do trabalho: (wouvido@eletronuclear.gov.br.)

Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal [G4-LA16]

Subcategoria: Direitos Humanos

Eletrobras Eletronuclear

Aspecto: Investimentos

Forma de Gestão

Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos [G4-HR1]

Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a Aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados [G4-HR2]

Aspecto: Não Discriminação

Forma de Gestão

A Eletronuclear instituiu um Comitê Permanente de Gênero em 2005, com objetivo estabelecer Políticas dirigidas ao reconhecimento do trabalho das mulheres, das desigualdades decorrentes das diferenças étnico/raciais e existência de necessidades especiais e deficiências. É composto por titulares e suplentes das diretorias, da presidência e a gerente de desenvolvimento e capacitação. Com a finalidade de disseminar as recomendações governamentais sob a perspectiva de gênero; fomentar a equidade promovendo a igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal de 1988; fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltados para a mulher, sob a perspectiva de gênero, no âmbito da Eletronuclear, além de acompanhar junto a Eletrobras holding o desenvolvimento de suas ações empresariais na questão de gênero.

Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas [G4-HR3]

Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação

Forma de Gestão

O Código de Ética do Sistema Eletrobras garanti a livre associação sindical e o direito à negociação coletiva, reconhecendo os sindicatos, associações de classe e entidades representativas de empregados como seus legítimos representantes, mantendo diálogo respeitoso e construtivo, priorizando a negociação coletiva

como modo preferencial de solução de conflitos trabalhistas. A Eletronuclear aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU que um dos seus princípios determina apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.

Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito [G4-HR4]

Não houve registro de nenhuma reclamação ou denúncia

Aspecto: Trabalho infantil

Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo

Forma de Gestão

A Eletronuclear contrata sua mão de obra através de concursos públicos de acordo com a legislação vigente no país. Quanto aos fornecedores de serviços ou de materiais, na ocasião da assinatura do contrato há uma cláusula que obriga as empresas a respeitarem o Código de Ética do Sistema Eletrobras que proíbem tal prática. Havendo denúncia sobre qualquer fornecedor, uma sindicância formada por funcionários da Eletronuclear irá ao local para averiguar. Constatando a irregularidade a empresa será punida e seu contrato rescindido. Todos os fornecedores assinam o contrato de fornecimento nesses moldes.

Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil [G4-HR5]

Não houve registro de nenhuma reclamação ou denúncia

Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo [G4-HR6]

Não houve registro de nenhuma reclamação ou denúncia

Aspecto: Práticas de Segurança

Eletrobras Eletronuclear

Forma de Gestão

Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações [G4-HR7]

Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais

Forma de Gestão

No relacionamento com os indígenas, a Empresa presta atendimento a quatro aldeias – Sapukai no Bracuhy, em Angra dos Reis, Rio Pequeno, Araponga e Itatim, em Paraty pela implantação de ações que objetivam a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas na área de influência da Central Nuclear de Angra dos Reis. Essas ações são desenvolvidas nas áreas de infraestrutura, valorização cultural, fomento econômico e educação ambiental. Por meio da construção e recuperação de moradias, manutenção de veículos e equipamentos, contratação e formação de mão-de-obra especializada, no incentivo aos grupos de cânticos e danças tradicionais dos guaranis, estimulam-se as atividades de segurança alimentar, valorizando e resgatando a agricultura tradicional guarani e a matéria-prima para a produção de artesanato.

Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito [G4-HR8]

Não houve registro de nenhuma reclamação de caso de desrespeito aos direitos dos indígenas por parte da empresa ou de seus empregados.

Aspecto: Avaliação

Forma de Gestão

Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos [G4-HR9]

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos

Forma de Gestão

Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos [G4-HR10]

Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito [G4-HR11]

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos

Forma de Gestão

Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal [G4-HR12]

Aspecto: Comunidades Locais

Forma de Gestão

Com a concessão da licença de construção em 31 de maio de 2010 pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, as obras da Usina Nuclear de Angra 3 foram reiniciadas em 2010. O local definido para a implantação das usinas de Angra tem sido monitorado desde a década de 70 por meio de diversos estudos e programas ambientais, seguindo as principais normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores pertinentes. Os estudos e relatórios necessários ao licenciamento ambiental – Estudo de seu Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) identificam os possíveis impactos ambientais, socioculturais e econômicos que possam resultar da instalação do empreendimento e propõem medidas mitigadoras, bem como compensatórias. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto no Meio Ambiente – RIMA da Usina Angra 3 foram submetidos ao IBAMA, em maio de 2005. Cópias dos dois documentos foram disponibilizadas para consulta em diversas localidades, nos municípios onde ocorreram as audiências públicas, e para outras organizações.

Compensações socioambientais da Usina 3 para Angra dos Reis GRI SO1 O investimento para implantação de Angra 3 contemplará R\$ 317 milhões em projetos e atividades a serem executadas, durante o período de 2009 a 2014, no Município de Angra dos Reis, conforme acordo de compensações ambientais da

unidade celebrado entre a prefeitura e a empresa. Do total desse investimento, R\$ 150 milhões serão aplicados por meio de convênios com a Prefeitura, em projetos selecionados pelo executivo municipal. Os R\$ 167 milhões restantes serão aplicados também no Município, porém através de convênios com os governos estadual e federal e entidades não governamentais.

Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local [G4-SO1]

Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais [G4-SO2]

Aspecto: Combate à Corrupção

Forma de Gestão

PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS DE CONDUTA

A Eletrobras Eletronuclear tem o compromisso de agir sempre de forma correta e transparente com seus empregados, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, acionistas, comunidade, meio ambiente, órgãos governamentais, mídia e sindicatos, bem como exercer com responsabilidade sua função social. Para tanto, exige-se dos empregados que observem princípios, normas e condutas consubstanciados no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Código de Conduta da Alta Administração Federal, e principalmente Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras que é aplicado a todos os agentes com os quais a empresa se relaciona. A preocupação da Eletrobras Eletronuclear em relação ao combate a todas as formas de corrupção está expressa nos Código de Ética e Conduta do Sistema Eletrobras, apresentado no Anexo 8 e cujos princípios da Integridade (II) e da Legalidade (VI) denotam nosso compromisso anticorrupção conforme a seguir:

II. INTEGRIDADE Honestidade e probidade na realização dos compromissos assumidos, com coerência entre discurso e prática, repudiando toda forma de fraude e corrupção, com postura ativa diante de situações que não estejam de acordo com os princípios éticos assumidos.

VI. LEGALIDADE Respeito à legislação nacional e dos países onde as empresas Eletrobras atuam, bem como às normas internas que regulam as atividades de

cada empresa, em conformidade com os princípios constitucionais brasileiros e com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. 3. Compromissos das empresas Eletrobras e de seus colaboradores no relacionamento com seus fornecedores, prestadores de serviços, demais parceiros e clientes. 3.1. Selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviços baseando-se em critérios legais, técnicos, de qualidade, custo e pontualidade, exigindo destes um perfil ético na gestão da responsabilidade socioambiental; 3.2. Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica e outras práticas contrárias aos princípios deste Código de Ética, inclusive na cadeia produtiva de seus fornecedores e denunciar os infratores; 3.3. Não participar de negociação da qual possam resultar vantagens ou benefícios pessoais que caracterizem conflito de interesses reais ou aparentes para os colaboradores envolvidos, de qualquer uma das partes; 3.4. Não prestar qualquer favor ou serviço remunerado a fornecedores e prestadores de serviços com os quais mantenham relação por força das suas atividades na empresa; 3.5. Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios deste Código de Ética os empregados de fornecedores e de prestadores de serviços; 3.6. Desestimular disposições contratuais que afrontem ou minimizem a dignidade, a qualidade de vida e o bem-estar social dos empregados prestadores de serviço e estagiários. 3.7. Oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes e consumidores, para a manutenção de relacionamentos duradouros com diálogo transparente e permanente; 3.8. Estabelecer e manter relacionamento e comunicação com clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros segundo os princípios éticos definidos neste Código de Ética, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio e discriminação; 3.9. Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes aos clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência do relacionamento empresarial; 3.10. Não fazer indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores; 3.11. Não aceitar ou oferecer presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses das empresas Eletrobras.

Na área de ações anticorrupção a empresa está sujeita ainda às auditorias anuais externas dos órgãos de controle brasileiros (Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria Geral União- CGU), às auditorias internas (AI.CA) permanentes e periódicas, à Ouvidoria Interna e às sindicâncias motivadas por denúncias.

Anualmente é emitido o Relatório de Gestão (padronizado pelo TCU) assinado pelo presidente da empresa, com toda a prestação de contas para o Governo Federal.

Desde 2005 a Eletrobras Eletronuclear iniciou processo de adequação à lei norte-americana Sarbanes - Oxley - SOX, de 2002, quando seus processos e documentos passaram por auditorias externas. Existem ainda mecanismos de controle interno (Sistema SAP) destinados, entre outras razões, a barrar atividades ilícitas que envolvam dinheiro. As penalidades, em caso de sindicância realizada pelo Comitê de Ética, se configurado o dolo, são definidas, caso a caso, nos normativos da empresa. No ano de 2014 não foi detectado nenhum caso de corrupção na empresa. A Eletrobras Eletronuclear aderiu, ao lado de outras empresas estatais de grande porte, ao convênio que criou o Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, desde 2007. O objetivo central desse termo é "o desenvolvimento e fortalecimento dos princípios governamentais e empresariais de gestão da ética, visando aprimorar o relacionamento das empresas estatais com seus diversos públicos e com a sociedade em geral". Ainda cabe citar as auditorias permanentes e programadas pela Auditoria Interna (AI.CA); as Sindicâncias, quando necessárias; as prestações de contas realizadas para atender à Controladoria Geral da União (CGU) e as informações que vão para a Transparência Pública. As Páginas de Transparência Pública apresentam os dados referentes às despesas realizadas por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo Federal, com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens. Adicionalmente os funcionários recebem cursos na área de licitações e contratos e são assessorados por equipe técnica de advogados da empresa que faz a garantia da lisura das atividades.

Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados [G4-SO3]

Os processos submetidos a avaliações de riscos relacionados à fraude e corrupção, são os que constam da Certificação SOX, basicamente 33 processos em 2015, incluindo os processos contábeis, financeiros, tributários, gestão da folha de pagamento, compras de bens, serviços e combustível nuclear, empréstimos, venda e faturamento de energia, descomissionamento das usinas nucleares, laudo atuarial/benefícios pós-emprego, movimentação de estoque, controle patrimonial, assim como também os processos a nível de entidade (ELC). O risco de fraude/corrupção encontra-se identificado na nossa matriz de riscos no pilar "Conformidade", na categoria "Legislação e Regulamentação" e foi feito um levantamento de informações junto ao Gerente de Compliance através de um documento chamado Lista de Verificação em 2015.

Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção [G4-S04]

As áreas de riscos e controles internos (GGC.P) e Ouvidoria participaram de alguns treinamentos sobre os riscos de fraude e corrupção ao longo de 2015. O treinamento corporativo, de todos os empregados da Eletronuclear sobre o manual do programa de compliance, este não foi realizado em 2015.

Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas [G4-S05]

Em 2009, as autoridades federais deslancharam a 'Operação Lava Jato' fruto de investigações, cujo os alvos eram organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A Lava Jato compreende inúmeras investigações de várias práticas criminosas, sendo o foco, os crimes cometidos por indivíduos nas organizações. Desde 2014, o Ministério Público Federal dirigiu parte das investigações para irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores de empresas estatais.

Em 2015, possíveis atividades ilegais e acusações apareceram nos meios de comunicação envolvendo a Eletronuclear, especificamente, na construção da usina de energia Nuclear Angra 3. Em Face da gravidade das denúncias, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP, para realizar uma investigação interna independente, com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao U.S. Foreign Corruption Practice Act (FCPA), à Lei Brasileira Anticorrupção e ao Código de Ética da Eletrobras.

Esta Investigação Independente é supervisionada por uma comissão que foi criada, em 31 de julho de 2015, pelo Conselho de Administração da Eletrobras. Esta comissão Independente é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Sr. Durval José Soledade Santos, ex-Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Sr. Manoel Jeremias Leite Caldas.

Em 29 de abril de 2015, a Polícia Federal iniciou a "Operação Radioatividade" sob a 16ª fase da "Operação Lava Jato", que resultou na prisão do ex-diretor presidente da Eletronuclear. Posteriormente, este ex-diretor foi julgado e condenado a 43 anos de prisão por um juiz federal, por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, obstrução de justiça, evasão fiscal e participação em organização criminosa.

Medidas tomadas

A Companhia acredita ter tomado as medidas razoáveis para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato, e vai tomar as medidas civis e criminais cabíveis.

De acordo com o seu Código de Ética, a Companhia não tolera corrupção ou quaisquer outras práticas comerciais ilícitas por parte de seus funcionários, empreiteiros ou fornecedores e, portanto, tomou uma série de iniciativas que envolvem suas atividades comerciais e seu sistema de governança corporativa.

A fim de remediar as fraquezas materiais relacionadas aos nossos controles internos sobre relatórios financeiros e ao Programa de Compliance, o novo Conselho de Administração, juntamente com o novo Presidente, estão atualmente, desenvolvendo uma série de medidas e iniciativas denominadas "Programa Eletrobras de 5 Dimensões".

O Programa Eletrobras de 5 Dimensões está sendo implementado em toda a Companhia, incluindo suas subsidiárias, a fim de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa, leis e regulamentos, incluindo o U.S. Sarbanes-Oxley Act de 2002, o U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (FCPA), a Lei Brasileira Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013), as regras e orientações publicadas pela Securities and Exchange Commission (SEC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.

O Programa Eletrobras de 5 Dimensões tem como objetivos:

1. O desenvolvimento de uma nova cultura empresarial focada em compliance;
2. Avaliação de risco periódica;
3. A melhoria das políticas e procedimentos internos (canais de denúncias, revisão do Código de Ética, Ouvidoria Independente, Manual de programa de compliance, Revisão de cláusulas contratuais, Due diligence para os fornecedores, Procedimentos de verificação de antecedentes e Revisão do manual de investimentos);

4. A promoção interna das atividades de desenvolvimento e treinamento de compliance; e
5. Monitoramento contínuo e processo de auditoria interna para procedimentos de compliance, ações corretivas e de remediação para os resultados da investigação.

Aspecto: Políticas Públicas

Forma de Gestão

A Eletronuclear é proibida de fazer contribuições ou doações à partidos políticos. No Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras dentre os compromissos de conduta, consta não apoiar nem contribuir com partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário [G4-S06]

Não houve contribuições a partidos políticos e a políticos.

Aspecto: Concorrência Desleal

Forma de Gestão

A comercialização da energia produzida pela Eletronuclear foi definida por lei, de forma que, que não há a relação fornecedor/clientes. A legislação determina cotas-partes pelas 48 distribuidoras do país para compra compulsória de toda a energia produzida pelas usinas nucleares. Nesse cenário regulatório, não existe a livre concorrência, portanto, não há possibilidades de práticas de truste, monopólio e concorrência desleal.

Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados [G4-S07]

Não houve nenhuma ação judicial por concorrencial desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.

Eletronuclear

Aspecto: Conformidade

Forma de Gestão

Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos [G4-S08]

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade

Forma de Gestão

Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade [G4-S09]

Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito [G4-S010]

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade

Forma de Gestão

Em todo o mundo, a grande desinformação sobre o funcionamento e a segurança das usinas nucleares alimenta muitos mitos sobre o assunto. Ciente deste fato, a Eletronuclear, tem como uma de suas diretrizes estratégicas o compromisso de assegurar, em suas atividades, os princípios da responsabilidade social e ambiental, com foco na comunicação transparente, preservação e conservação do meio ambiente, gestão de rejeitos e melhoria da qualidade de vida das áreas geográficas de influência das usinas.

A Ouvidoria da Eletronuclear estará empenhada em articular as diversas áreas de negócio, agindo com transparência, integridade, respeito e celeridade, para que a resposta das demandas apresentadas seja objetiva e precisa. Com isso, além de colaborar para que as pessoas exerçam sua cidadania plena, estamos abrindo caminhos para aperfeiçoar nossos serviços.

O objetivo de uma Ouvidoria é um só: criar uma instância capaz de contribuir para o fortalecimento da cultura cidadã, para a unidade e o respeito à

diversidade, por meio do diálogo e da interlocução entre os colaboradores e ainda uma maior aproximação com a sociedade.

Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal [G4-SO11]

Todas as manifestações e reclamações são respondidas no prazo de até 60 dias. Inicialmente, as queixas são direcionadas para as áreas responsáveis que tem um prazo máximo de 45 dias para solucionar ou responder a demanda. Após esse período a ouvidoria retorna ao solicitante a solução ou resposta. Verificamos ainda, se a queixa ou manifestação foi atendida plenamente.

O canal de acesso ao cidadão é o SOU – Sistema Informatizado da Ouvidoria comum à todas as Empresas do Sistema Eletrobras. O desempenho da Ouvidoria é avaliado através dos relatórios mensais e anuais, com os resultados quantitativos e qualitativos pela Diretoria Executiva da Eletronuclear.

Assuntos/Manifestações ano 2015	Total
Administração (Infra-Estrutura, Contratos, Vilas, Transporte)	46
Comunicação Social / Imprensa	21
Concurso Público / Pedido de Emprego e Estágio	19
Construção / Novos Empreendimentos	2
Credenciamento Médico / Odontológico	27
Denúncia / Comissão de Ética	0
Gestão de Pessoas	38
Licitações / Fornecedores (Informações)	7
Meio Ambiente	4
Operação das Usinas (Angra 1 e 2)	0
Patrocínio Cultural / Eventos	4
Programas de Visitas	12
Responsabilidade Social (Convênios)	1
Segurança (Física e Nuclear)	6
Outros	55
Total	242

Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto

Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente

Eletrobras Eletronuclear

Forma de Gestão

3.9. Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes aos clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência do relacionamento empresarial A Eletronuclear não tem clientes finais de energia elétrica, portanto não possui ações focadas em saúde e segurança do cliente final.

Percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias [G4-PR1]

Não se aplica.

Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado [G4-PR2]

Não se aplica.

Aspecto: Rotulagem de Produto e Serviços

Forma de Gestão

A Eletronuclear não tem clientes finais de energia elétrica e o nosso produto não tem rotulagem, portanto não se aplica esse questionamento.

Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências [G4-PR3]

Não se aplica.

Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados [G4-PR4]

Não se aplica.

Resultados de pesquisas de satisfação do cliente [G4-PR5]

Não se aplica.

Aspecto: Comunicação de Marketing

Forma de Gestão

A Eletronuclear é uma geradora de energia elétrica por fonte nuclear e tem uma legislação própria para sua comercialização, como não possui clientes finais não faz nenhuma ação de comunicação de marketing.

Venda de produtos proibidos ou contestados [G4-PR6]

Não se aplica.

Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados [G4-PR7]

Não se aplica.

Aspecto: Privacidade do Cliente

Forma de Gestão

A Eletronuclear não tem clientes finais de energia elétrica, portanto não se aplica esse questionamento.

Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes [G4-PR8]

Não houve nenhuma queixa.

Aspecto: Conformidade

Forma de Gestão

Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços [G4-PR9]



Dimensão Econômica

Desempenho Econômico

Forma de Gestão

[G4-EC1] valor econômico direto gerado e distribuído

Base de Cálculo	Em 2015			Em 2014		
Receita Líquida (RL)	1.902.275			1.926.762		
Resultado Operacional (RO)	-4.989.478			-894.199		
Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	434.641			446.405		
- Empregados	432.061			443.788		
- Administradores	2.580			2.617		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	13,52			15,71		
- Administradores	0,0			0,0		
Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	162.853	37,47%	8,56%	164.258	36,80%	8,63%
Alimentação	38.912	8,95%	2,05%	42.980	9,63%	2,26%
Transporte	12.037	2,77%	0,63%	10.904	2,44%	0,57%
Previdência privada	34.369	7,91%	1,81%	55.661	12,47%	2,93%
Saúde	60.608	13,93%	3,19%	58.966	13,20%	3,10%
Segurança e medicina do trabalho	8.781	2,02%	0,46%	3.709	0,83%	0,19%
Educação ou auxílio creche	7.370	1,70%	0,39%	6.902	1,55%	0,36%
Cultura	119	0,04%	0,01%	727	0,17%	0,04%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.851	1,81%	0,41%	8.306	1,86%	0,44%
Habitação	34.389	7,91%	1,81%	17.311	3,88%	0,91%
Participação nos lucros ou resultados	52.730	12,13%	2,77%	51.740	11,59%	2,72%
Outros (Inclui Plano de Incentivo ao Desligamento PID em 2014)	14.516	3,34%	0,76%	354.779	79,47%	18,65%
Total - Relacionamento com o Stakeholders internos	434.535	99,98%	22,85%	776.243	173,89%	40,82%
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.199	-0,04%	0,12%	3.850	-0,08%	0,20%
Cultura	738	-0,01%	0,04%	5.315	-0,11%	0,28%
Saúde e infra-estrutura	36.707	-0,74%	1,93%	59.418	-1,19%	3,12%
Esporte e lazer	4	-	0,00%	250	-0,01%	0,01%
Alimentação	6	-	0,00%	49	-	-
Geração de trabalho e renda	1.022	-0,02%	0,05%	731	-0,01%	0,04%
Outros	2.384	-0,05%	0,13%	284	-0,01%	0,01%
Total dos investimentos	43.060	-0,86%	2,27%	69.897	-1,39%	3,68%
Tributos (excluídos encargos sociais)	381.797	-7,65%	20,07%	367.617	-7,37%	19,33%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	-	-
Total - Relacionamento com a Comunidade	424.857	-8,51%	22,34%	437.514	-8,76%	23,02%
Interação com os Fornecedores	SIM			SIM		
São exigidos controles sobre: Critérios de responsabilidade social						

Composição do Corpo Funcional		
Nº de empregados no final do exercício	1.949	2.263
Nº de admissões	8	65
Nº de demissões	293	364
Nº de estagiários no final do exercício	185	140
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	15	15
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	0	0
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	1.571	1.859
- Feminino	378	404
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	425	515
- De 36 a 60 anos	1.349	1.465
- Acima de 60 anos	175	283
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	0	0
- Com ensino médio	271	338
- Com ensino técnico	865	963
- Com ensino superior	583	602
- Pós-graduados	230	360
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	83,90%	86,90%
- Feminino	16,10%	13,10%
Contingências e passivos trabalhistas		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	73	64
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	7	15
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	1	20
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	277	513
Distribuição do Valor Adicionado		
	-10,4 % governo	60,5% governo
	-20,0 % empregados	113,1 % empregados
	136,2 % acionistas	-150,5% acionistas
	-7,9 % financiadores	24,0 % financiadores
	2,1 % outros	52,9 % outros
Obs: A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		

[G4-EC9] Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

[G4-EC2] Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas

[G4-EC3] Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização

Núcleos e a Fundação Real Grandeza são os dois fundos de complementação de aposentadoria dos empregados da Eletronuclear. O Núcleos – Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar. Foi criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras. A Real Grandeza é uma das pioneiras do setor de previdência complementar fechada e tem, como patrocinadoras, Furnas Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear – Eletronuclear e a própria Real Grandeza, abrangendo um universo de 13 mil pessoas entre participantes ativos e aposentados.

[G4-EC4] Assistência financeira recebida do governo

A Eletronuclear não recebe subvenção ou subsídio do governo.

Presença no mercado

Forma de Gestão

[G4-EC5] Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes

[G4-EC6] Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes

Impactos Econômicos Indiretos

Forma de Gestão

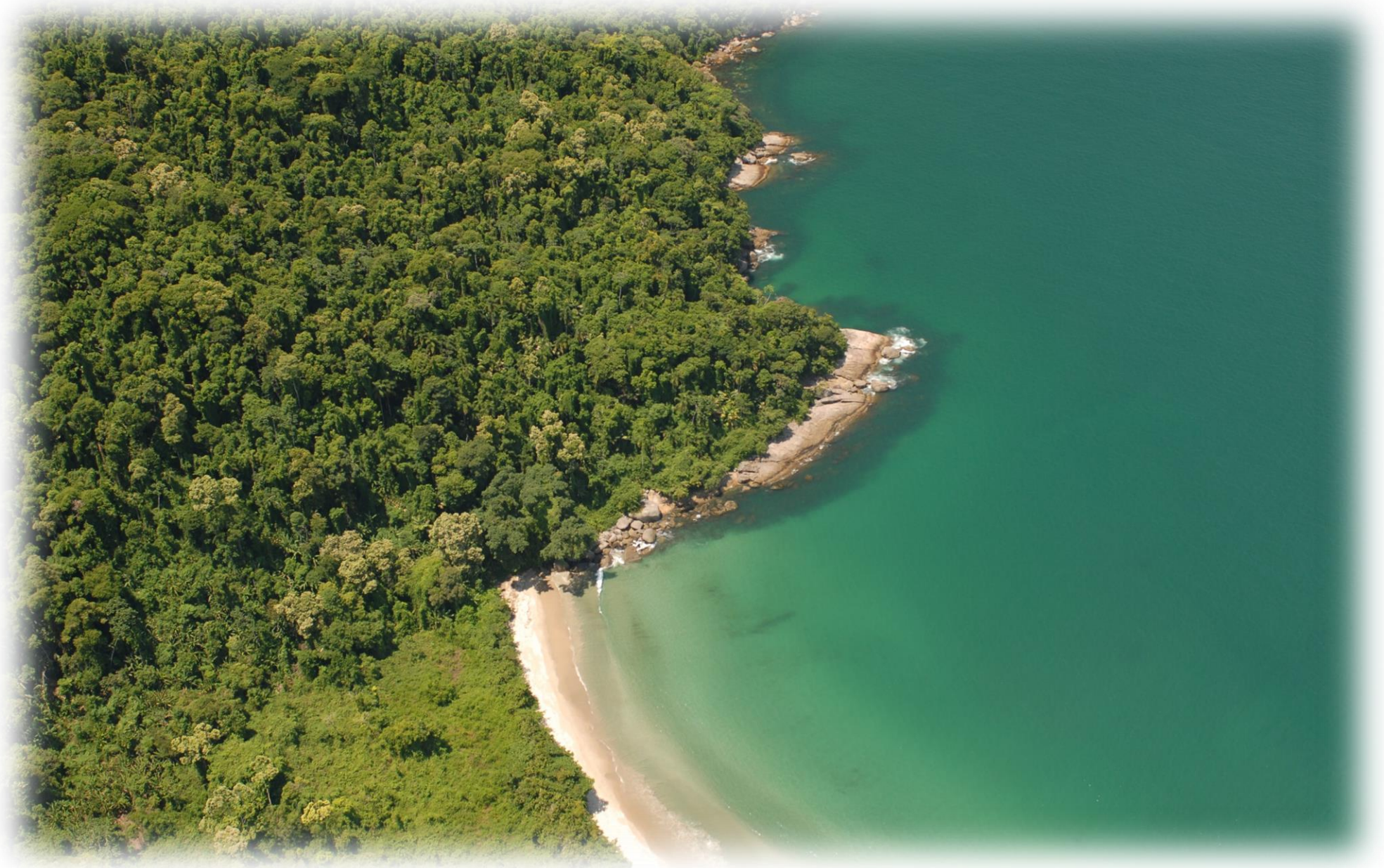
[G4-EC7] desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos

[G4-EC8] impacto econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos

Práticas de Compras

Forma de Gestão

Eletrobras Eletronuclear



Dimensão Ambiental

Materiais [G4-EN1] [G4-EN2]

Forma de Gestão

Como o nosso produto final não tem nem embalagem e matéria prima incorporada, portanto, tais quesitos não se aplicam. Os materiais usados na geração de energia são insumos associados necessários a produção quase sempre consumíveis ou se degradam durante um prazo definido. Nesse caso uma reposição é necessária total ou parcial substituição. Para componentes de reposição ou melhorias do processo produtivo são peças ou mercadorias manufaturas com prazo definido ou não de substituição, tais como, lubrificantes, lítio, óleo diesel, filtros, peças de reposição, tintas, lixas etc.

[G4-EN1] Materiais usados, discriminados por peso ou volume

Informação não disponível

[G4-EN2] Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem

Informação não disponível

Energia [G4-EN3] [G4-EN4] [G4-EN5] [G4-EN6] [G4-EN7]

Forma de Gestão

A Eletronuclear é uma geradora de energia elétrica por fonte nuclear sendo que o combustível utilizado é o urânio. Este urânio, sinterizado sob a forma de pastilhas de dióxido de urânio (UO₂) é encapsulado em varetas fabricadas a partir de uma liga de zircônio. Estas varetas, quando distribuídas dentro de uma estrutura metálica em um arranjo de 16x16, formam o chamado Elemento Combustível. A partir da fissão do núcleo de urânio contido nos elementos combustíveis, é gerada a energia térmica que, em seguida, é transformada em energia elétrica. A posição de cada elemento combustível dentro dos reatores de Angra 1 e Angra 2 é criteriosamente determinada pela engenharia da Eletronuclear, através de cálculos neutrônicos, que garantem uma distribuição de potência homogênea dentro do núcleo, mantendo o equilíbrio adequado do reator, ponto fundamental para um bom desempenho térmico e para a segurança nuclear.

O Sistema Elétrico Auxiliar das Usinas da CNAAA utiliza-se da próxima geração para seu suprimento durante a operação normal. Este sistema elétrico auxiliar alimenta todos os consumidores da usina, incluindo os sistemas normais e os sistemas de emergência. Dentre estes consumidores estão incluídos os grandes motores associados às suas respectivas bombas, ventiladores, compressores bem como os motores menores responsáveis pelo funcionamento dos demais acionadores motorizados, válvulas etc. e outras cargas elétricas associadas.

Para o suprimento de energia elétrica para os sistemas de emergência as usinas da CNAAA contam com grupo de geradores diesel de emergência, os quais são operados em regime de prontidão, estando aptos a partir em condições de suprimento de emergência, como por exemplo, nas condições da perda da geração própria da usina e/ou dos sistemas de suprimento externo através das redes de 500 kV e 138 kV, do sistema elétrico interligado nacional – SIN.

Nestas condições os grupos geradores diesel operam até o restabelecimento do sistema elétrico interligado nacional, quando normalmente são desligados e voltam a ser colocados em regime de prontidão. Este período de indisponibilidade do SIN é previsto para o retorno no máximo em duas horas. Portanto, o consumo de óleo diesel se restringe a estes casos raros da operação em emergência e para os testes mensais previstos para os equipamentos.

Durante as paradas para troca de elementos combustíveis, previstas para as usinas da CNAAA, há necessidade de geração de vapor para manutenção e aquecimento de sistema dependentes destes insumos. Durante este período, normalmente previstos por cerca de 30 dias, ou menos, utilizar-se óleo diesel marítimo, como combustível das caldeiras para a geração do vapor, o qual, em regime normal da operação, é fornecido pelo sistema secundário aquecido de forma primária pelos circuitos provenientes das reações nucleares via geradores do vapor principal.

Intensidade energética

A taxa de intensidade energética é acompanhada pela Eletronuclear através de um sistema automatizado – Painel de indicadores da Eletronuclear, que são observados pelos altos administradores da empresa. Essa taxa é definida como a energia absoluta consumida pela organização em MWh dividida pela Receita operacional líquida. Trata-se de um indicador de referência para comparação com outras usinas.

[G4-EN3] Consumo de energia dentro da organização

O urânio contido nos elementos combustíveis gera energia térmica que é transformada em energia elétrica.

Total em 2014 = 7,90E+08 GJ

[G4-EN4] Consumo de energia fora da organização

Informação não disponível

[G4-EN5] Intensidade energética

A intensidade energética em 2015 foi de 401 MWh/reais

[G4-EN6] Redução do consumo de energia

Como medida para redução das viagens de negócios a Eletrobras Eletronuclear vem adotando com sucesso o sistema de videoconferência entre a sede, a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA em Angra dos Reis e o escritório de empresa no Rio de Janeiro, com a consequente diminuição de transporte de empregados. A área de transporte vem tomando medidas de maneira a otimizar a utilização de veículos leves na empresa. Carros elétricos têm sido utilizados para transporte interno na CNAAA e vilas residenciais em substituição aos veículos movidos à combustíveis fósseis. Outras ações estão sendo implementadas como a substituição da iluminação por LED acionadas por sensores de presença, aquisição de aparelhos de ar condicionados com o selo Procel categoria 'A' e a troca de torneiras tradicionais pelas automáticas visando o desperdício de água.

[G4-EN7] Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços

Forma de Gestão

No Brasil, o Planejamento Energético é responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética EPE, que define através de estudos especializados as necessidades de expansão do parque de geração elétrica brasileiro nas próximas décadas. O Plano Nacional de Energia – PNE 2030, estudo de longo prazo do Governo Federal para a área energética apontou a necessidade de mais geração nuclear.

A gestão operacional da geração de energia é feita pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que determina o volume de energia a ser produzido, (despacho de carga) conforme as necessidades do SIN (Sistema Integrado Nacional). A Eletronuclear não tem controle sobre esta necessidade exigida pelo

ONS, mas contribui com 1.576 MW médios de garantia física de energia gerada anualmente pelas Usinas Angra 1 e Angra 2.

A comercialização da energia produzida pela Eletronuclear foi alterada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, o CCEN – Contrato de Comercialização da Energia Nuclear. Essa metodologia vigora desde 01 de janeiro de 2013 e define o cálculo das cotas-partes para compra compulsória desta energia por todas as 48 empresas de distribuição do SIN. Para o caso a produção anual seja superior à energia assegurada, que é garantia física menos as perdas na Rede Básica e o consumo próprio das usinas, o excedente é comercializado pelo valor do PLD médio anual e dividido em duas partes iguais entre a Eletrobras Eletronuclear e as distribuidoras, pagos no ano seguinte, em 12 parcelas mensais. Para a situação inversa, produção abaixo da energia assegurada, um ressarcimento é feito de forma integral, também em 12 parcelas mensais, às distribuidoras pela Eletrobras Eletronuclear. O montante do ressarcimento segue o critério da diferença entre a energia assegurada e a energia produzida, multiplicado pelo o maior valor entre o PLD médio anual e a “tarifa” que é a receita fixa de venda anual dividida pela energia assegurada. Em 2015 não houve qualquer tipo de reclamação quanto ao suprimento de energia ou atendimento às distribuidoras, que tenha sido recebida diretamente na empresa ou por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Água **[G4-EN8]** **[G4-EN9]** **[G4-EN10]**

Forma de Gestão

É realizada através do PROCON ÁGUA que é um instrumento no qual a Eletronuclear informa mensalmente ao INEA, por intermédio do RAE, as características qualitativas e quantitativas de seus efluentes líquidos. Os parâmetros de qualidade da água quanto à captação é a potabilidade e quanto à disposição é a temperatura da água do mar. Todo o efluente é tratado. O descarte é feito no oceano e, portanto, não é reutilizado por outra organização.

A Eletronuclear e as demais Empresas do Sistema Eletrobras têm política ambiental corporativa que estabelece em suas diretrizes, a articulação externa, que visa agir para a gestão integrada de bacias hidrográficas e para o uso sustentável dos recursos hídricos, em articulação com os agentes envolvidos. Nesse sentido, a Eletronuclear participa dos seguintes Conselhos: Membro titular do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande: CBH-BIG no segmento

“usuários” e faz parte da Diretoria Colegiada; Membro suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro: CERHI-RJ, no segmento “usuários”; Membro titular na Câmara Técnica de Integração de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira: CTCOST – do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, representando o segmento de Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Elétrica; Participa da Câmara Temática de Água: CTÁgua – do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS. Membro titular na Câmara Técnica Institucional Legal - CTIL do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro - CERHI-RJ.

[G4-EN8] Total de retirada de água por fonte

Foram considerados os empreendimentos das usinas de Angra 1 e Angra 2. Para estes empreendimentos, temos duas captações de água doce e uma outorga para ambas captações:

Tomada 1 - Rio do Frade - vazão outorgada: 100m³/h;

Tomada 2 - Córrego Sacher - vazão outorgada: 48m³/h.

Para o resfriamento de componentes das usinas de Angra 1 e Angra 2 utiliza-se água do mar (fonte fria).

[G4-EN9] Fontes hídricas significativamente afetada por retirada de água

A captação de água não é considerada significativamente pois o órgão competente definiu os limites de retirada na vazão de outorga.

[G4-EN10] Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada

Em 2015 o valor de água reciclada de 27,20 m³ que é referente ao sistema do separador de água e óleo (fechado) de Angra 3. Valor de água reutilizada de 1.884,96 m³ é proveniente do sistema bate lastro e do Laboratório de concreto de Angra 3, usada na umectação das vias do canteiro de Angra 3.

Biodiversidade [G4-EN11] [G4-EN12] [G4-EN13] [G4-EN14]

Forma de Gestão

A Eletronuclear e as demais Empresas do Sistema Eletrobras têm política ambiental corporativa em vigor, e em seu plano estratégico é comprometido com o meio ambiente e os programas de monitoramento ambiental existentes têm

trazido resultados adequados, ao que é exigido pelos órgãos reguladores. A gestão das áreas de propriedade é realizada na totalidade pela própria empresa, sem a utilização de parcerias. As áreas protegidas são geridas pelos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação, existindo conselhos dos quais a Eletronuclear participa. A gestão da biodiversidade da Eletronuclear é feita através de processos de monitoramento da fauna e flora marinha. Os resultados são reportados aos órgãos licenciadores através de relatórios emitidos e encaminhados anualmente. Não é feita revisão da metodologia de trabalho de forma a preservar a comparação das espécies existentes no período pré-operacional e operacional.

A empresa realiza coleta de amostras de água do mar, da chuva e de superfície, de areia da praia, algas, peixes, leite, pasto e do ar e as compara com dados obtidos antes da entrada em operação das usinas. Os resultados desses estudos permitem a comparação com dados obtidos hoje em amostras regularmente coletadas. Esse trabalho vem constatando ao longo dos anos de operação que o funcionamento das Usinas Angra 1 e 2, em mais de vinte e cinco anos, não causou nenhum impacto significativo no meio ambiente, não contribuindo para a ameaça e/ou extinção de qualquer espécie animal ou vegetal. A empresa pública anualmente relatório de sustentabilidade com ênfase ambiental, faz auditoria ambiental, presta contas ao INEA, à CNEN e ao IBAMA regularmente. O sítio das usinas nucleares é consolidado há mais de 25 anos não ocorrendo fragmentação de florestas; mudança de paisagem; mudanças de cursos de água; dentre outros efeitos. São realizadas coletas mensais de organismos marinhos, sedimentos, areia de praia, água do mar, de superfície (rio) e pluvial, através de Programas de Monitoramento Ambientais Operacionais. Além disto, foi assinado, em 2012, um contrato com o IBRAG/CEBIO/UERJ para a execução do Programa de Monitoramento e Ocorrência de Tartarugas Marinhas na Área de Influência da CNAAA – PROMONTAR. Este projeto está sendo realizado em atendimento a Licença de Instalação de Angra 3.

[G4-EN11] Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

A Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA compreende: - Duas usinas nucleares em operação: Angra 1 e Angra 2; - Uma usina nuclear em construção: Angra 3 possui área operacional de 1,43 Km² e localizada na Rodovia Governador Mário Covas, km 517, Itaorna, município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. As usinas nucleares são unidades próprias, localizadas na zona de amortecimento da Estação Ecológica de Tamoios – ESEC Tamoios. A ESEC Tamoios possui área aproximada de 8.450ha. (conforme Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do RJ. SP: Metalivros, 2001, pg.24). As unidades operacionais estão próximas à faixa linear de terrenos de marinha, que

Eletrobras Eletronuclear

compreende a parte continental da Área de Proteção Ambiental de Tamoios – APA Tamoios. A APA de Tamoios possui área bruta de 90.000ha e 21.400ha de área útil, neste caso considerando as terras emersas (ilhas) e a faixa de marinha no continente (conforme Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do RJ. SP: Metalivros, 2001, p.43). Algumas unidades auxiliares da CNAAA estão localizadas na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina – PARNA Bocaina. Este Parque possui área aproximada de 100.000ha (conforme Decreto Federal Nº.70.694, de 08/06/1972). Adicionalmente, no entorno da área da CNAAA há uma Zona de Interesse Ambiental de Proteção – ZIAP estabelecida pelo Município de Angra dos Reis (Lei N.º 2.091 de 23/01/2009).

[G4-EN12] Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

[G4-EN13] Habitats protegidos ou restaurados

A Trilha Porã Inicialmente era uma trilha de caçadores, possui 2,55 km de extensão e está situada entre a Praia Brava e a Praia de Itaorna em uma área de 441 hectares de Mata Atlântica preservada pela Eletrobras Eletronuclear. A Trilha Porã foi inaugurada em 2005, e desde então tem sido usada como uma ferramenta pedagógica para a educação ambiental, conscientizando os visitantes sobre a necessidade de preservação da Mata Atlântica. A Trilha foi batizada de “Porã”, que em Tupi-Guarani significa “bonita”, em homenagem a floresta e aos índios que ali viviam. Ao percorrê-la o visitante poderá conhecer uma variedade de espécimes da flora e da fauna do Bioma mais biodiverso do Brasil, o Bioma Mata Atlântica. A visitação pública poderá ser feita mediante prévio agendamento, e as visitas são sempre acompanhadas por guias qualificados. O Parque Nacional Serra da Bocaina – PARNA - é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, localizado na divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com uma área de 104 mil hectares, sendo considerado um patrimônio natural devido a sua expressiva biodiversidade. O PARNA Bocaina é beneficiado pelo processo de licenciamento da CNAAA, através do provimento financeiro oriundo da compensação ambiental. A Eletrobras Eletronuclear também participa do Conselho Consultivo do PARNA e do Mosaico Bocaina juntamente com representantes de associações e instituições de municípios da região. O Mosaico Bocaina é formado por um conjunto de Unidades de Conservação que operam de forma integrada e participativa. O território do Mosaico abriga importantes maciços florestais, totalizando uma área de 222 mil hectares, sob condições especiais de manejo e proteção legal. A maior parte deste território apresenta algum tipo de ocupação humana em seu interior, principalmente, povos e comunidades tradicionais como caiçaras, caipiras, quilombolas e indígenas. A área

abrange nove municípios, incluindo Angra dos Reis e Paraty. Fazem parte do Mosaico o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica de Tamoios – ESEC Tamoios, e as APAs Tamoios e Cairuçu, entre outras unidades de conservação. A ESEC Tamoios é uma unidade de conservação de proteção integral com o objetivo de preservar a natureza e realizar pesquisas científicas. A ESEC Tamoios está localizada nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, abrange uma área de cerca de 8.450 hectares (ha), sendo composta por 29 ilhas, ilhotes, lajes e rochedos, situados na baía da Ribeira e na baía da Ilha Grande. Essa Unidade de Conservação de proteção integral também é beneficiada com a compensação ambiental oriunda do empreendimento da CNAAA. O Projeto de Recuperação Ambiental da Restinga de Mambucaba está localizado em uma estreita faixa de areia na Vila Residencial de Mambucaba, com cerca de 4 hectares cujo objetivo é recuperação e conservação do ecossistema de Restinga, associado a atividades de Educação Ambiental.

Bosque Cecemef Eletrobras Eletronuclear - A Eletronuclear acompanha através de registro fotográfico o desenvolvimento das espécies arbóreas plantadas na área do mesmo. As demais áreas das Unidades de Conservação (UC's) são geridas pelos conselhos dos quais a Eletronuclear participa.

Não possui parcerias com terceiros.

[G4-EN14] Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

Não há espécies com risco de extinção nas áreas próximas a CNAAA.

Emissões [G4-EN15] [G4-EN16] [G4-EN17] [G4-EN18] [G4-EN19] [G4-EN20] [G4-EN21]

[G4-EN15] Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)

[G4-EN16] Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)

[G4-EN17] Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)

[G4-EN18] Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

[G4-EN19] Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

[G4-EN20] Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)

[G4-EN21] Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas

Forma de Gestão

O tema mudanças climáticas está incorporado à Política Ambiental das empresas do sistema Eletrobras no item 3.2.4, e foi objeto de uma declaração de compromisso, aprovada pela Diretoria Executiva, em atendimento a objetivos corporativos estratégicos.

As informações para a composição dos indicadores acima, são enviadas pela empresa para compor o Inventário Anual de Gases de Efeito Estufa das empresas Eletrobras.

A empresa participa de um grupo de trabalho (o GT – 3 Estratégia Climática) do Comitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras (SCMA) que apoia na elaboração do Inventário, tendo como premissas:

- Para o cálculo das emissões provenientes do consumo de eletricidade são utilizados os fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN), que são calculados e publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

No Brasil, por ser obrigatória a adição de uma fração de etanol de cana-de-açúcar na gasolina e de biodiesel no óleo diesel, os combustíveis derivados de petróleo apresentam menor potencial poluidor que os utilizados internacionalmente. Assim, as emissões de CO₂ provenientes do consumo de biocombustíveis (biodiesel, etanol adicionado à gasolina e etanol veicular) são relatadas à parte dos cálculos deste inventário, pois estas emissões são reabsorvidas por meio da fotossíntese nos cultivos de cana-de-açúcar e soja, entre outros vegetais usados na produção destes biocombustíveis. Por fontes móveis rodoviárias (etanol, gás natural, gasolina e óleo diesel) são utilizados fatores de emissão publicados no Primeiro Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários (MMA, 2011) em substituição aos fatores do IPCC;

Para o cálculo da intensidade de emissão de GEE são considerados os escopos 1 e 2 (emissões diretas e emissões indiretas relacionadas a compra de energia), conforme preconiza o Carbon Disclosure Project (CDP) e outros instrumentos de relato de emissão de GEE;

- Além das emissões de GEE, também são apresentadas a estimativa das emissões para a atmosfera de óxidos de enxofre (SO_x) e de óxidos de nitrogênio (NO_x) de acordo com metodologia de cálculo indireto, que se baseia

nas informações sobre consumo de combustíveis fósseis. Da mesma forma, nesta edição foi incluída a estimativa da emissão de particulados (PM 10). A partir de 2013, a empresa estabeleceu meta de redução de consumo de energia elétrica proveniente de rede pública (escopo2).

As empresas Eletrobras procuram atuar em consonância com a LEI N° 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm). Como exemplo, o parágrafo abaixo da PNMC faz menção ao setor elétrico, entre outros:

“Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária, com vistas em atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas – NAMAs.”

INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DA ELETRONUCLEAR													ANO BASE 2015		tCO2e			
Escopo 1									Escopo 2				Escopo 3					Total (tCO2e)
Fixas			Móveis			Outras			Consumo de Eletricidade	Pedras na Distribuição	Pedras na Transmissão	Transporte de Combustível	PIE	Transporte de Produtos Não Energéticos	Viagens Aéreas	Transporte de Colaboradores		
UTES Próprias	Geradores	Outras	Terrestres	Aquáticas	Aéreas	SF6	Refrigeração	Efluentes Líquidos										
2.599	n.a.	53	943	13	n.a.	n.a.	1.216	13	12.082	n.a.	n.a.	8	n.a.	241	334	1.943	19.445	

Efluentes e Resíduos [G4-EN22] [G4-EN23] [G4-EN24] [G4-EN25] [G4-EN26]

Forma de Gestão

Eletrobras Eletronuclear

O habitat onde ocorre descarte de água (efluente líquido) é marinho, pois a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, utiliza uma grande quantidade de água do mar na operação das Usinas de Angra 1 e 2, que posteriormente é lançado com alterações térmicas e químicas no Saco Piraquara de Fora.

Com o objetivo de atender a legislação ambiental vigente e acompanhar os possíveis impactos no ecossistema marinho decorrentes da operação da CNAAA, a Eletronuclear realiza um extenso e contínuo programa de monitoramento ambiental, a saber:

PROGRAMA DE MEDIDA DE TEMPERATURA NO SACO PIRAQUARA DE FORA E ITAORNA

Em atendimento aos órgãos fiscalizadores INEA e IBAMA e às resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 397/2008 e nº 430/2011, a empresa realiza um contínuo programa de medida da temperatura da água do mar, que tem como objetivo o acompanhamento da dispersão do efluente térmico lançado no Saco Piraquara de Fora e seus possíveis impactos sobre as populações marinhas.

PROGRAMA DE MEDIDA DE CLORO RESIDUAL NO SACO DE PIRAQUARA DE FORA.

O objetivo desse programa é o de monitorar a concentração de cloro residual descarregada no Saco de Piraquara de Fora de forma a garantir que os limites estabelecidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), não sejam ultrapassados.

PROGRAMA DE MONITORAÇÃO DA FAUNA E FLORA MARINHA

Tem como objetivo o acompanhamento e monitoração do ecossistema marinho em nas áreas de Plâncton, Bentos, Nécton e Parâmetros Físico-Químicos da Água do Mar

PROGRAMA DE MONITORAÇÃO E CONTROLE DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

O objetivo desse programa é monitorar a qualidade das águas potáveis, servidas, salinas e industriais, nas áreas de propriedade da Eletronuclear ou daquelas que possam ser afetadas pela operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA).

[G4-EN22] Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação

[G4-EN23] Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição

[G4-EN24] Número total e volume de vazamentos significativos

[G4-EN25] Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da convenção da basileia2, anexos i, ii, iii e viii, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente

[G4-EN26] Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizados pela organização

Resíduos convencionais

Os resíduos industriais convencionais dividem-se em resíduos perigosos e não perigosos. Os perigosos são todos os resíduos sólidos, semissólidos e líquidos, não passíveis de tratamento convencional, resultantes da atividade industrial e do tratamento de seus efluentes líquidos e gasosos que, por suas características, apresentem periculosidade efetiva ou potencial à saúde humana e ao meio ambiente, requerendo cuidados especiais quanto ao acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento, tratamento e disposição. Sempre que possível a Eletronuclear busca o reuso, o reprocessamento e a reciclagem desses resíduos. A disposição de resíduos industriais em aterro somente tem sido adotada nos casos em que as outras formas de tratamento e disposição de resíduos são tecnicamente inviáveis.

O envio dos resíduos para reciclagem, reprocessamento ou reuso, normalmente é feito por meio de leilões. Esses materiais são retirados da CNAAA mediante apresentação da Licença de Operação de cada empresa. Entre os resíduos enviados para o reprocessamento estão as sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas, incluindo cabos e fios e os óleos usados.

Na ocorrência de geração de qualquer resíduo nas áreas da CNAAA, a unidade geradora deverá acondicionar os resíduos em embalagens apropriadas às características destes. Todas as embalagens devem estar em boas condições, completamente estanques e devidamente identificadas. Depois de acondicionada, parte dos resíduos é encaminhada para a Central de Armazenamento Temporário de Resíduos Industriais, e outra parte para o Galpão C do Almoxarifado, onde ficam armazenados até serem encaminhados para a destinação final.

A escolha da destinação final dos resíduos é feita de acordo com as características dos resíduos. No caso da possibilidade de comercialização, o resíduo é disponibilizado em leilões, devendo a empresa compradora estar obrigatoriamente licenciada no órgão ambiental competente para executar a

atividade proposta e em dia com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA.

Quando a opção é a destruição térmica, que poderá ser por meio de coprocessamento ou incineração, a Eletrobras Eletronuclear solicita a contratação de empresa especializada para a execução desse serviço. Alguns resíduos exigem tratamento específico, como as lâmpadas fluorescentes, que são enviadas para empresas especializadas em descontaminação e tratamento. O processo é realizado inteiramente por via seca, não gerando, assim, efluentes líquidos. Os componentes das lâmpadas tratadas pelo processo de descontaminação podem ser reaproveitados como materiais recicláveis.

O controle dos resíduos é feito através do “Manifesto de Resíduos”, documento composto de quatro vias, destinado a subsidiar o controle desde sua origem até sua destinação final, envolvendo gerador, transportador e o receptor de resíduos.

Para cada resíduo é usado um manifesto independente, mesmo que vários resíduos sejam recolhidos por um mesmo transportador. E para cada descarte é usado um manifesto independente, mesmo que se trate de um mesmo resíduo.

A escolha para a destinação final dos resíduos é feita de acordo com as características dos mesmos. No caso da possibilidade de comercialização com o objetivo de reaproveitamento do resíduo, o mesmo é disponibilizado em leilões através da Gerência de Suprimentos que providencia a inclusão do material em lotes nos leilões. A empresa compradora deve estar licenciada no órgão ambiental competente para executar a atividade proposta (reciclagem, reprocessamento etc.) e em dia com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA.

Dentre os resíduos vendidos para o reprocessamento e/ou reciclagem estão as sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas, incluindo cabos e fios e os óleos usados.

Outra opção para destinação de resíduos é a destruição térmica que pode ser por meio das técnicas de coprocessamento ou incineração. Neste caso a Eletrobras Eletronuclear contrata empresa especializada, licenciada no órgão ambiental competente e em dia com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA, para a execução do serviço.

Os resíduos somente são dispostos em aterros industriais caso seja inviável o seu reprocessamento/reciclagem ou destruição.

O lixo comum é também quantificado e apurado junto com os resíduos domésticos das vilas residências.

Óleo Isolante Ascarel (PCB –Bifenilas Policloradas)

Na CNAAB, somente em Angra 1 encontramos transformadores que utilizam PCB (Ascarel) como óleo isolante. A Eletronuclear, porém, já iniciou o programa de substituição desses equipamentos, planejado em duas etapas. Na primeira etapa foram substituídos os cinco transformadores, considerados não pertencentes à classe de segurança nuclear, contendo um total de 3.676 litros de óleo isolante Ascarel. Os 8 transformadores restantes que utilizam como fluido dielétrico o Ascarel contêm 4.980 litros de óleo no total. O contrato de compra dos novos transformadores foi assinado com a empresa COMTRAFO em outubro de 2013 e foram entregues em 2014. A substituição dos mesmos será feita nas paradas de manutenção em 2015 e 2016.

A empresa aborda seus riscos e oportunidades, integrando a gestão ambiental aos processos dos negócios da organização, ao direcionamento estratégico e à tomada de decisão, alinhando-os com outras prioridades de negócios e incorporando a governança ambiental em seu sistema de gestão global. Adota uma política ambiental que priorize a segurança nuclear, essencial para a proteção do meio ambiente, atendendo a legislação aplicável e demais quesitos ambientais e utilizando de forma sustentável os recursos naturais no desenvolvimento das suas atividades.

Os gestores da empresa são orientados de forma que suas tomadas de decisão demonstrem a importância da proteção ao meio ambiente possibilitando que qualquer condição ambientalmente insegura seja prontamente identificada e informada. Utiliza-se de processos de comunicação transparentes e efetivos, promovendo a melhoria contínua do desempenho ambiental, com revisão periódica dos objetivos e metas pela alta direção e avalia, antes da atividade a ser desenvolvida,

Os possíveis impactos de forma que os riscos de poluição ambiental sejam preventivamente minimizados ou eliminados. Além disso, promove ações para a proteção da biodiversidade no entorno das suas instalações.

Produtos e serviços [G4-EN27] [G4-EN28]

[G4-EN27] Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços

[G4-EN28] Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos

Conformidade [G4-EN29]

[G4-EN29] Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais

Não houve multas significativas ou sanções monetárias relacionadas a não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Transporte [G4-EN30]

[G4-EN30] Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados

Forma de Gestão

Geral [G4-EN31]

[G4-EN31] Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo

Forma de Gestão

Avaliação Ambiental de Fornecedores [G4-EN32] [G4-EN33]

[G4-EN32] Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

[G4-EN33] Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Forma de Gestão

A política ambiental corporativa propõe que se desenvolva critérios para contratação de fornecedores devem considerar questões relativas à biodiversidade. As seleções por esses critérios ainda precisam ser aperfeiçoadas para não estrar em conflito com a lei 8.666.

Anexo 1- INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2015

GRI G4-9; G4-EC2

Conforme mencionado anteriormente a empresa é uma geradora de eletricidade e por isto muitos dos indicadores elencados pela ANEEL não se aplicam ao seu negócio.

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – DETALHAMENTO DA DVA									
Geração de Riqueza (R\$ Mil)	2015			2014			2013		
	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços)									
Fornecimento de Energia	2.160.585	100		2.192.242	100		1.941.689	100	
Residencial	-			-			-		
Residencial baixa renda	-			-			-		
Comercial	-			-			-		
Industrial	-			-			-		
Rural	-			-			-		
Iluminação pública	-			-			-		
Serviço público	-			-			-		
Poder público	-			-			-		
Energia de Curto Prazo									
Serviço + provisão Liq. Duvidosa	368	0		-155	0		-4.229	0	
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros etc.)				2.477.647			2.628.836	135	
Receita de construção de ativos próprios e outros	(3.186.705)	(147)		1.234.933	56		1.471.494	76	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.557.244)	(165)		949.553	43		780.118	40	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(3.925.225)	(182)		589.113	27		435.514	22	
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO - Despesas (Receitas) financeiras	167.799	8		75.619	3		125.928	7	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(3.757.426)	(174)		664.732	30		561.442	29	

Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas	2015			2014			2013		
	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%
EMPREGADOS	752.932			751.656	113		581.898	104	
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	391.578			402.470	61		370.899	66	
FINANCIADORES	184.968			484.570	73		270.686	48	
ACIONISTAS	-5.118.058			-1.000.602	-151		-688.535	-123	
ALUGUÉIS	31.154			26.638	4		26.494	5	
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	-3.757.426			664.732	100		561.442	100	

Distribuição da Riqueza – Governo e Encargos Setoriais	2015			2014			2013		
	R\$ Mil	%	Δ%				R\$ Mil	%	Δ%
TRIBUTOS/ TAXAS/ CONTRIBUIÇÕES	21.653	5,53		553	0,14		17.216	5	
ICMS		-			-				
PIS/PASEP	35.650	9,10		36.313	9,02		30.953	8	
COFINS	164.204	41,93		167.257	41,56		142.580	39	
ISS		-		11	0,00		12	0	
IRPJ a pagar do exercício		-		16.606	4,13		18.413	5	
CSSL a pagar do exercício		-		5.938	1,48		6.906	2	
IPTU ANGRA + INSS ETC		-			-				
INSS PREVIDÊNCIA SOCIAL	103.633	26,47		105.834	26,30		95.892	26	
ENCARGOS SETORIAIS		-			-				

RGR	57.193	14,61		60.694	15,08		49.523	13	
CCC		-		N.A.			N.A.		
CDE		-		N.A.			N.A.		
CFURH		-		N.A.			N.A.		
TFSEE - *	7.625	1,95		7.839	1,95		8.736	2	
ESS		-		N.A.			N.A.		
P&D		-		N.A.			N.A.		
Contribuição ao ONS **	88	0,02		N.A.			N.A.	0	
Contribuição ao CCEE**	1.532	0,39		1.229	0,31				
VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)				370899			370899		

Inadimplência Setorial	2015			2014			2013		
	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%
ENERGIA COMPRADA (discriminar)	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
ENCARGOS SETORIAIS	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
RGR	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
CCC	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
CDE	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
CFURH	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
TFSEE	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
ESS	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
P&D	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
Total (A)	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
Percentual de inadimplência	NÃO HÁ			NÃO HÁ			NÃO HÁ		
Total da inadimplência (A) / receita operacional líquida									
Conforme mencionado anteriormente, a empresa é uma geradora de eletricidade e por isto os indicadores de investimento na concessão elencados a seguir, não se aplicam ao seu negócio.									

Investimentos	2015	2014	2013
---------------	------	------	------

Investimentos	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%
Expansão da Distribuição/ Transmissão (expansão reforço)	N.A.			N.A.			N.A.		
Renovação da Distribuição/Transmissão	N.A.			N.A.			N.A.		
Subtransmissão	N.A.			N.A.			N.A.		

Outros Indicadores	2015			2014			2013		
	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%	R\$ Mil	%	Δ%
Receita Operacional Bruta (R\$)	2.160.996	100		2.192.462	100		1.941.736	100	
Deduções da Receita (R\$ Mil)	-258.667	(12)		-256.700	-12		-223.736	-12	
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	1.902.329	88		1.926.762	88		1.718.000	88	
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ Mil)	-6.891.807	(319)		-2.820.961	129		-2.308.640	118	
Receitas Irrecuperáveis (R\$ Mil)		-			0			0	
Resultado do Serviço (R\$ Mil)	(4.989.478)	(231)		-894.199	-41		-590.640	-30	
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(128.580)	(6)		-83.859	-4		-72.576	-4	
IRPJ/ CSSL (R\$ Mil)	-	-		-22.544	-1		-25.319	-2	
Lucro Líquido (R\$ Mil)	(5.118.058)	(237)		-1.000.602	-46		-688.535	-36	
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ Mil)	-			-			-		
Dividendos Distribuídos (R\$ Mil)	-			-			-		
Custos e Despesas Operacionais por MWh vendido (R\$ Mil)	(0,51)			-0,200			-0,171		

Riqueza (valor adicionado líquido) por Empregado (R\$ mil)	(1.991)			260,32			171.33		
Riqueza (valor a distribuir) por Receita Operacional (%)	-173,91%			30,32%			28,91%		
EBITDA ou LAJIDA (R\$ Mil)	242.986			367.839			411.077		
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	12,77%			19.09%			23.90%		
Liquidez Corrente	0,75			0,44			1		
Liquidez Geral	0,22			0,26			0,31		
Margem Bruta (lucro líquido / receita operacional bruta) (%)	-236,88%			-45,64%			16,91%		
Margem líquida (lucro líquido /receita operacional líquida) (%)	-269,04%			-51,93%			-38,60%		
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (lucro líquido/ patrimônio líquido) (%)	1455,70%			-20,86%			-11,80%		
Estrutura de Capital	6.476.507	100%		9.942.717	100%		9.062.530		
Capital próprio (%)	(351.588)			4.706.475			5.834.497		
Capital de terceiros oneroso (%) (empréstimos e financiamentos)	6.828.095			5.146.242			3.228.033		
Inadimplência de Clientes (contas vencidas até 90 dias / Receita Operacional bruta nos últimos 12 meses)	Não Há			Não Há			Não Há		

Anexo 2 - INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL E DE PRODUTIVIDADE

GRI G4-EU11

O quadro a seguir apresenta os indicadores operacionais e de produtividade nas áreas pertinentes ao tipo de negócio da empresa. Destaca-se que, por se tratar de empresa geradora de eletricidade, grande parte destes indicadores elencados não se aplica ao negócio da Eletronuclear.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE			
Dados técnicos (insumos, capacidade de produção, vendas, perdas)	2015	2014	2013
Número de Consumidores Atendidos – Cativos	N.A.	N.A.	N.A.
Número de Consumidores Atendidos – Livres	N.A.	N.A.	N.A.
Número de Localidades Atendidas (municípios)	N.A.	N.A.	N.A.
Número de Empregados Próprios	1971	2287	2542
Número de Empregados Terceirizados	0	0	0
Número de Escritórios Comerciais	1	1	1
Energia Gerada (GWh)	14.808,27	15.434,15	14.640,18
Energia Comprada (GWh)	N.A.	N.A.	N.A.
1) Itaipu	N.A.	N.A.	N.A.
2) Contratos Inicias	N.A.	N.A.	N.A.
3) Contratos Bilaterais	N.A.	N.A.	N.A.
3.1) Com Terceiros	N.A.	N.A.	N.A.
3.2) Com Parte Relacionada	N.A.	N.A.	N.A.
4) Leilão	N.A.	N.A.	N.A.
5) PROINFA	N.A.	N.A.	N.A.
6) CCEAR	N.A.	N.A.	N.A.
7) Mecanismo de Comercialização de Sobras e Déficits – MCS D	N.A.	N.A.	N.A.

Perdas Elétricas Globais (GWh) :	2015	2014	2013
Perdas Elétricas – Total (%) sobre o requisito de energia	2,12	2,15	2,224
Perdas Técnicas – (%) sobre o requisito de energia	2,12	2,15	2,224
Perdas Não Técnicas – (%) sobre o requisito de energia	0	0	0
Energia Vendida (GWh)	13.544,64	14.113,78	13.876,90
Residencial	N.A.	N.A.	N.A.

Industrial	N.A.	N.A.	N.A.
Rural	N.A.	N.A.	N.A.
Poder Público	N.A.	N.A.	N.A.
Iluminação Pública	N.A.	N.A.	N.A.
Serviço Público	N.A.	N.A.	N.A.
Comercial	N.A.	N.A.	N.A.
Subestações (em unidades)	N.A.	N.A.	N.A.
Capacidade Instalada (MVA)	N.A.	N.A.	N.A.
Linhas de Transmissão (em km)	N.A.	N.A.	N.A.
Rede de Distribuição (em km)	N.A.	N.A.	N.A.
Transformadores de Distribuição (em unidades)	N.A.	N.A.	N.A.
Venda de Energia por Capacidade Instalada (GWh/MVA*No horas/ano)	77,70%	80,96%	79,60%
Energia Vendida por Empregado (MWh)	6.871,96	6.171,31	5.459,05
Número de Consumidores por Empregado	N.A.	N.A.	N.A.
Valor Adicionado/ GWh Vendido	N.A.	N.A.	N.A.
DEC	N.A.	N.A.	N.A.
FEC	N.A.	N.A.	N.A.

Anexo 3 - BALANÇO SOCIAL – 2015

GRI G4-51; G4-EC1;G4-EC3; G4-EC5; G4-EC6; G4-EC8; G4-EC9; G4-LA1;G4-LA2; G4-LA3; G4-LA13 ;G4-EN30

BALANÇO SOCIAL – 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2015		Em 2014	
Distribuição do Valor Adicionado	-10,4 % Governo	-20,0% empregados	60,5% Governo	113,1% empregados
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	136,2, % acionistas	-7,9 % financiadores	-150,5% acionistas	24,0% financiadores
	2,1 % outros		52,9% outros	

2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2015			Em 2014		
2.1 – Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	434.641			446.405		
- Empregados	432.061			443.788		
- Administradores	2.580			2.617		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	13,52			15,71		
- Administradores	0			0		
2.2 – Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	162.853	37,47%	8,56%	164.258	36,80%	8,56%
Alimentação	38.912	8,95%	2,05%	42.980	9,63%	2,23%
Transporte	12.037	2,77%	0,63%	10.904	2,44%	0,57%
Previdência privada	34.369	7,91%	1,81%	55.661	12,47%	2,89%
	60.608	13,93%	3,19%	58.966	13,20%	3,06%
Segurança e medicina do trabalho	8.781	2,02%	0,46%	3.709	0,83%	0,19%
Educação ou auxílio Creche	7.370	1,70%	0,39%	6.902	1,55%	0,36%
Cultura	119	0,04%	0,01%	727	0,17%	0,04%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.851	1,81%	0,41%	8.306	1,86%	0,43%
Habitação	34.389	7,91%	1,81%	17.311	3,88%	0,90%
Participação nos lucros ou resultados	52.730	12,13%	2,77%	51.740	11,59%	2,69%
Outros	14.516	3,34%	0,76%	354.779	79,47%	18,41%
Total	434.535	99,98%	22,85%	776.243	173,89%	40,30%

2.3 - Composição do Corpo Funcional	2015	2014
Nº de empregados no final do exercício	1.949	2287
Nº de admissões	8	65
Nº de demissões	293	364
Nº de estagiários no final do exercício	185	128
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	15	16
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	0	0
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	1.571	1872
- Feminino	378	415
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	425	513
- De 36 a 60 anos	1.349	1.478
- Acima de 60 anos	175	298
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	0	0
- Com ensino médio	271	354
- Com ensino técnico	865	963
- Com ensino superior	583	597
- Pós-graduados	230	373
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	83,90%	87,50%
- Feminino	16,10%	13,50%

2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	73	64
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	7	15
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	1	20
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	277	513

3 – INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O MEIO AMBIENTE EXTERNO	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	2.199	-0,04%	0,12%	3.850	-0,43%	0,20%
Cultura	738	-0,01%	0,04%	5.315	-0,59%	0,28%
Saúde e infraestrutura	36.707	-0,74%	1,93%	59.418	-6,64%	3,08%
Esporte e lazer	4	-	0,00%	250	-0,03%	0,01%
Alimentação	6	-	0,00%	49	-	-
Geração de trabalho e renda	1.022	-0,02%	0,05%	731	-0,08%	0,04%
Outros	2.384	-0,05%	0,13%	284	-0,03%	0,01%
Total dos investimentos	43.060	-0,86%	2,27%	69.897	-7,80%	3,64%
Tributos (excluídos encargos sociais)	381.797	-7,65%	20,07%	367.617	-41,11%	19,08%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0	-	-	-	-	-
Total - Relacionamento com a Comunidade	424.857	-8,51%	22,34%	347.514	-48,91%	22,72%
3.2 - Interação com os Fornecedores - São exigidos controles sobre:						
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	SIM			SIM		

4 – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	167.173	-3,35%	8,79%	161.798	-20,18%	9,36%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	669	-0,01%	0,04%	486	-0,05%	0,03%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	268	-0,01%	0,00%	194	-0,02%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	535	-0,01%	0,03%	489	-0,05%	0,03%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (inclui fundo descomissionamento)	170.514	-3,42%	8,96%	62.900	-7,03%	3,26%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	21 (*)			18 (*)		

Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental determinadas administrativas e/ou judicialmente	106	0,00%	0,00%	93	-0,01%	0,00%
Passivos e contingências ambientais	3.994	-0,08%	0,21%	10.076	-1,13%	0,52%
Total da Interação com o meio ambiente	343.259	-6,88%	18,03%	254.676	-28,47%	13,20%

5 - Outras informações		
Receita Líquida (RL)	1.902.275	1.926.762
Resultado Operacional (RO)	-4.989.478	-894.199

NOTAS:
1 - Alguns dados da coluna de 2014 tiveram seus valores revisados em relação aos valores originalmente publicados, para melhor enquadramento das atividades aos seus respectivos custos.
2 - (*) represenado em quantidade de peocessos, não participa da soma..

Anexo 4 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

GRI G4-51; G4-EC1; G4-EC3; G4-EC5; G4-LA3 ; G4-LA8 ; G4-LA13 ; G4-EN30 ; G4-SO8

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS				
Empregados/ empregabilidade/ administradores				
a) Informações gerais	2015	2014	2013	2012
Número total de empregados (incluídos os 4 Diretores não funcionários) *	1.971	2.287	2.542	2594
Empregados até 30 anos de idade (%) *	7,40%	8,65%	8,87%	10,88
Empregados com idade entre 31 e 40 anos /(%) *	32,22%	29,07%	26,08%	25,59
Empregados com idade entre 41 e 50 anos /(%) *	25,99%	22,21%	19,36%	18,65
Empregados com idade superior a 50 anos/ (%) *	34,40%	40,05%	45,67%	44,88
Número de mulheres em relação ao total de empregados / (%)	19,68%	18,14%	18,49%	18,81
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	15,54%	12,50%	10,25%	9,25
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	4,26%	3,76%	3,80%	3,73
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	20,85%	19,63%	22,82%	18,61
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos geren-ciais (%)	7,98%	9,16%	6,41%	6,16
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	8,47%	5,59%	5,14%	6,59
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	4,71%	3,76%	3,42%	3,5
Empregados portadores de deficiência	16	16	21	20
Número de Jovem Aprendiz	93	86	87	92
Número de Autônomos	19	44	51	50
Número de Estagiários	167	128	159	163

b) Remuneração, benefícios e carreira.	2015	2014	2013	2012
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
Pagamento Bruto (Remuneração Bruta + Encargos Sociais Compulsórios)	570.597	594.357	544.928	490.654
Folha de Pagamento Bruta (Remuneração Bruta + Remuneração Administradores)	415.541	429.992	395.044	357.023

Remuneração Bruta (Remuneração e Benefícios em Folha, Salário Jovem Aprendiz)	412.797	427.124	392.324	354.404
Remuneração (Empregados)	404.140	418.872	385.082	346.658
Salário (Jovem Aprendiz)	545	468	411	381
Remuneração Administradores (Conselheiros e Diretores)	2.744	2.868	2.720	2.619
Encargos Sociais Compulsórios (Empregados, Administradores e Jovens Aprendizes)	155.056	167.170	149.884	133.631
Encargos Sociais (Empregados e Jovens Aprendizes)	154.321	166.400	149.154	132.925
Encargos Sociais - Empregados	154.154	166.297	148.995	132.779
Encargos Sociais - Jovem Aprendiz	167	103	159	146
Encargos Sociais - Administradores	735	770	730	706
Benefícios em Folha (Auxílios e Reembolsos)	8112	7.784	6.831	7.365
Reembolso Educação em Folha (Auxílio-instrução e Curso de idioma)	3720	3.431	3.065	2.784
Auxílios e Reembolsos em Folha (Mudança; Creche; Compl. Auxílio-Doença; Trat./ Excepcional; Medicamentos;Óculos; Funeral;Apar./Auditivo-Similares;Benefícios INSS)	4392	4.353	3.766	4.581
Remuneração (Extra Folha) - Autônomos	1060	976	1.020	928
Encargos Sociais (Extra Folha)- Autônomos	212	195	204	186
Bolsa Educacional (Estagiários)	1345	1.147	1.141	1.224
Transporte (Somente VTR)	930	733	717	690
Educação	3.225	3.295	2.730	2.922
Alimentação (auxílio alimentação)	36.868	37.963	33.951	31.955
Transporte				11.224
Saúde (plano de saúde)	46.501	47.495	43.502	36.788
Fundação	32.307	38.054	38.900	39.591
Outros (Especifique)	-	-	-	-
Segurança e Medicina do Trabalho (Valor informado de medicina do trabalho – GDC.A)		3.709	4.177	2.497
Cultura		727	441	376
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		8.306	7.284	10.675
Creches ou Auxílio-creche	3846	3.919	3.382	3.173

Habitação (Manutenção Predial e Urbana das Vilas Residenciais)		17.311	19.791	17.394
Outros benefícios (bolsa educacional, Auxílio Excepcional Autista, seguro de vida, Auxílio Óculos e Reembolso Medicamento.)	5496	6.503	6.194	5.699

c) Participação nos resultados	2015	2014	2013	2012
Investimento total em programa de participação nos resultados da empresa (R\$ Mil)	23.540	37.071	42.714	49.506
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	5,67%	9,36%	10,81%	14,12%
Ações da empresa em poder dos empregados (%)	NH	NH	NH	NH
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela empresa (inclui participação nos resultados e bônus)	15,26%	15,97%	22,91%	18,2
Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus)	3,82%	3,59%	2,81%	3,57

d) Perfil da remuneração – Identificar a percentagem de empregados em cada faixa de salários Faixas (R\$)	2015	2014	2013	2012
Até X x= 5 sm	8,82%	9,48%	9,23%	8,9
De X+1 a Y y= 10 sm	41,14%	43,68%	44,77%	45,56
De Y+1 a Z z= 20 sm	35,31%	28,77%	27,92%	28,21
Acima de Z	14,71%	18,05%	17,71%	17,3
Por Categorias (salário médio no ano corrente) – R\$	Base Folha de Pagamento	Base Folha de Pagamento	Base Folha de Pagamento	Base Folha de Pagamento
Cargos de diretoria	38.180,06	35.456,97	35.747,10	31.479,90
Cargos gerenciais	11.543,14	11.346,15	11.583,63	11.141,90
Cargos administrativos	5.125,79	4.463,14	4.295,86	4.005,47
Cargos de produção	4.747,60	4.310,47	3.995,34	3.718,36
Cargos de nível superior	10.005,41	8.781,23	8.226,62	7.687,20

e) Saúde e segurança no trabalho	2015	2014	2013	2012
Média de horas extras por empregado/ano - (hora:min:seg)				
Número total de acidentes de trabalho com empregados	9	11	10	15

Número total de acidentes de trabalho com terceirizados / contratados	61	56		125
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,0036	0,004	0,003	0,005
Acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	0,16	0,33	0,158	0,29
Acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	0	0	0	0
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados	0,99	0,79	0,78	1,23
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para terceirizados/ contratados	1,22	2,29	2,25	3,12
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ Mil)	NH	NH	NH	NH
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ MIL)	14,4	0	31	0

f) Desenvolvimento profissional	2015	2014	2013	2012
Perfil da escolaridade — discriminar, em percentagem, em relação ao total dos empregados.	1971	2287	2542	2594
Ensino fundamental	0,00%	0,00%	5,85%	5,89
Ensino médio	54,59%	57,58%	52,35%	44,98
Ensino superior	33,28%	26,10%	25,80%	32,65
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	12,12%	16,30%	15,98%	16,46
Analfabetos na força de trabalho (%)	0	0	0	0
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação valor inform. em (R\$ Mil)	2.660	5.443	7.314	7.314
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano (valor informado foi a média por empregado -->carga horária total / média do efetivo da Eletronuclear em dezembro)	68,3	58,8	66,5	66,5

g) Comportamento frente a demissões	2015	2014	2013	2012
Número de empregados ao final do período	1971	2287	2546	2594
Número de admissões durante o período	9	65	30	72

Reclamações trabalhistas iniciadas por total de demitidos no período (%)			2	
Reclamações trabalhistas	179	64	61	97
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ Mil)	88.996	69.569	65.145	52.764
Valor provisionado no passivo (Trabalhista)	60.730	48.654	44.995	32.017
Número de processos existentes	677	501	529	560
Número de empregados vinculados nos processos	827	867	900	681

h) Preparação para a aposentadoria	2015	2014	2013	2012
Investimentos em previdência complementar (R\$ Mil)		38.054	45.258	40.900
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar		2.069	2.334	2.313
Número de beneficiados pelo programa de preparação para aposentadoria		0	0	0

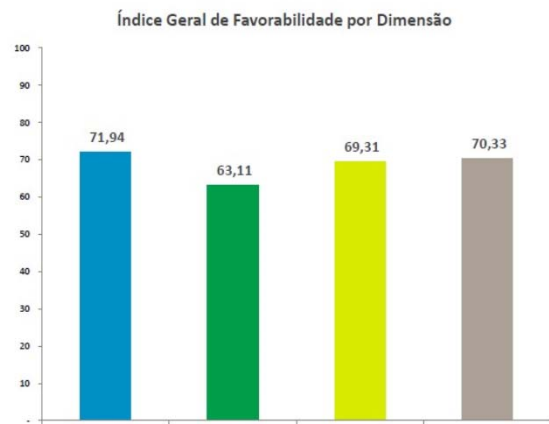
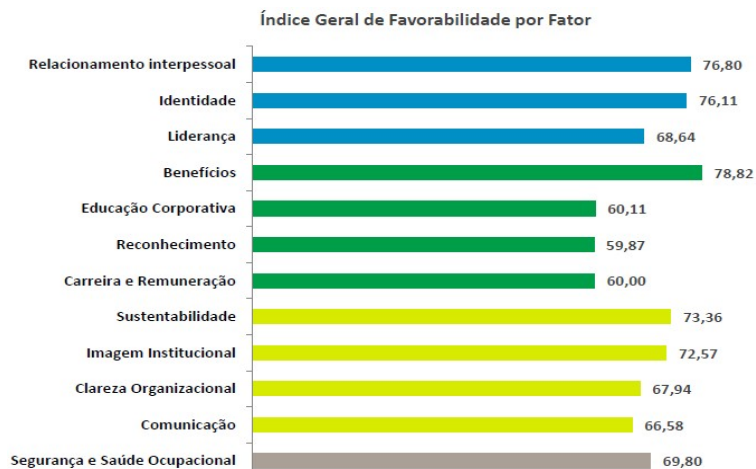
i) Trabalhadores Terceirizados	2015	2014	2013	2012
Número de trabalhadores terceirizados / contratados		0	0	0
Custo total (R\$ Mil)		0	0	0
Trabalhadores terceirizados/contratados em relação ao total da força de trabalho (%)		0	0	0
Perfil da remuneração – Identificar a percentagem de empregados em cada faixa de salários Faixas (R\$)		0	0	0
Até X		0	0	0
De X+1 a Y		0	0	0
De Y+1 a Z		0	0	0
Acima de Z		0	0	0
Perfil da escolaridade – em relação ao total de terceirizados – discriminar (em %):		0	0	0
Ensino fundamental		0	0	0
Ensino médio		0	0	0
Ensino superior, pós-graduação		0	0	0
Índice TG (taxa de gravidade) da empresa no período, para empregados		0	0	0
Índice TG (taxa de gravidade) da empresa no período, para terceirizados / contratados		0	0	0

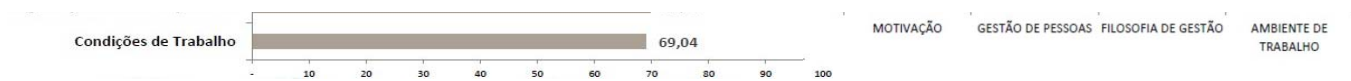
j) Administradores	2015	2014	2013	2012
Remuneração e/ou honorários totais Conselheiros e Diretores - Pagos em folha (R\$ Mil)	2.744	2.868	3.082	2.872
Remuneração e/ou honorários totais (R\$ Mil) (A) (pagos em folha)	2.329	2.454	2.674	2.533
Número de Diretores (B)	5	5	5	5
Remuneração e/ou honorários médios A/B (R\$ Mil)	466	491,8	534,8	506,6
Honorários de Conselheiros de Administração (R\$ Mil) (C)	285	409	259	232
Número Conselheiros de Administração (D)	6	6	6	6
Honorários médios C/D (R\$ Mil)	48	68,2	42,7	38,7
Honorários de Conselheiros - Fiscal (R\$ Mil) (E)	130	136	152	106
Número Conselheiros - Fiscal (F)	3	3	3	3
Honorários médios E/F (R\$ Mil)	43	45,3	50,7	35,3

Número total de empregados inclui diretores não funcionários, cedidos a outras empresas, licenciados e anistiados, art.37

“art. 37 aqui corresponde aos cargos em comissão de livre provimento e de livre exoneração”.

Pesquisa realizada em 2015 válida por dois anos





Anexo 5 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

GRI G4-EC7; G4-EC8

Conforme mencionado anteriormente a empresa é uma geradora de eletricidade e por isso muitos dos indicadores elencados pela ANEEL, não se aplicam ao negócio da Eletronuclear. (todos os relacionados à transmissão e/ou distribuição de Energia Elétrica)

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS				
Clientes / Consumidores				
a) Excelência no Atendimento	2015	2014	2013	2012
Perfil de consumidores e clientes	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Venda de energia por classe tarifária (GWh): % Total	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Residencial	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Residencial baixa renda	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Comercial	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Industrial	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Rural	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Iluminação pública	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Serviço público	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Poder público	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Satisfação do cliente	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC – ANEEL	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Índices de satisfação obtidos por pesquisas de outras entidades (ABRADEE, Vox Populi e outras) e/ou pesquisas próprias (especificar)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Atendimento ao consumidor	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Total de ligações atendidas (Call center)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de atendimentos nos escritórios regionais	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de atendimentos por meio da Internet	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Tempo médio de espera até o início de atendimento (min.)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Tempo médio de atendimento (min.)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de reclamações de consumidores encaminhadas	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
À Empresa	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
À ANEEL – agências estaduais / regionais	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Ao Procon	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

À Justiça	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações – Principais motivos	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes a prazos na execução de serviços (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes ao fornecimento inadequado de energia (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes a interrupções (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes à emergência (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes ao consumo/leitura (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes ao corte indevido (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações por conta não entregue (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes a serviço mal executado (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes a danos elétricos (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações referentes a irregularidades na medição (fraude/desvio de energia) (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Outros (especificar) (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações solucionadas	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Durante o atendimento (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Até 30 dias (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Entre 30 e 60 dias (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Mais que 60 dias (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações julgadas procedentes em relação ao total de reclamações recebidas (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Reclamações solucionadas em relação ao número de reclamações procedentes (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Quantidade de inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento ao consumidor.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
b) Qualidade Técnica dos Serviços Prestados	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC.), geral da empresa – Valor apurado.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC.), geral da empresa – Limite.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
b) Qualidade Técnica dos Serviços Prestados	2015	2014	2013	2012
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da em-presa – Valor apurado.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da em-presa – Limite.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

c) Segurança no uso final de energia do consumidor	2015	2014	2013	2012
Taxa de Gravidade (TG) de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede con-cessionária.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de melhorias implantadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Fornecedores

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					
Fornecedores					
Quanto a trabalho infantil, trabalho forçado e condições de saúde e segurança no trabalho etc.					
a) Seleção e avaliação de fornecedores	2015	2014	2013	2012	
Fornecedores inspecionados pela empresa/total de fornecedores (%)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	
Fornecedores não qualificados (não conformidade com os critérios de responsabilidade social da empresa) / total de fornecedores (%)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	
Fornecedores com certificação SA 8000 ou equivalente / total de fornecedores ativos (%)	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	
b) Apoio ao desenvolvimento de fornecedores	2015	2014	2013	2012	
Número de capacitações oferecidas aos fornecedores	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	
Número de horas de treinamento oferecidas aos fornecedores	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	

Comunidade

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					
Comunidade					
a) Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno	2015	2014	2013	2012	
Número de reclamações da comunidade devidas aos impactos causados pelas atividades da empresa.	18 (ouvidoria)	28 (ouvidoria)	10 (ouvidoria)	29 (ouvidoria)	
Número de melhorias implantadas nos processos da empresa a partir das reclamações da comunidade.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	
b) Envolvimento da empresa em sinistros relacionados com terceiros	2015	2014	2013	2012	
Montante reivindicado em processos judiciais	N.H.	N.H.	N.H.	N.H.	
Valor provisionado no passivo (R\$ Mil)	N.H.	N.H.	N.H.	N.H.	
Número de processos judiciais existentes	N.H.	N.H.	N.H.	N.H.	

Número de pessoas vinculadas nos processos	N.H.	N.H.	N.H.	N.H.
c) Tarifa de Baixa Renda	2015	2014	2013	2012
Número de clientes/consumidores com tarifa de baixa renda.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Total de clientes/consumidores com tarifa de baixa renda em relação ao total de clientes/consumido-res residenciais (%)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
d) Envolvimento da empresa com ação social	2015	2014	2013	2012
Recursos aplicados em educação (R\$ Mil)		3.850	4.985	4.486
Recursos aplicados em saúde e saneamento (R\$ Mil)		59.418	34.199	44.224
Recursos aplicados em cultura (R\$ Mil)		5.315	2.739	1.840
Outros recursos aplicados em ações sociais (R\$ Mil)		250	1.129	109
Valor destinado à ação social (não incluir obrigações legais, nem tributos, nem benefícios vinculados à condição de funcionários da empresa (%)). (R\$ Mil)		69.897	46.394	52.980
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a doações em produtos e serviços (%).	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a doações em espécie.	N.H.	N.H.	N.H.	N.H.
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a investimentos em projeto social próprio.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Empregados que realizam trabalhos voluntários na comunidade externa à empresa / total de empregados (%).	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Quantidade de horas mensais doadas (liberadas do horário normal de trabalho) pela empresa para trabalho voluntário de funcionários.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Consumidores cadastrados no Programa Bolsa Família/Número de consumidores do segmento “baixa renda” (%).	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
e) Envolvimento da empresa em projetos culturais, esportivos, etc. (Lei Rouanet)	2015	2014	2013	2012
Montante de recursos destinados aos projetos (R\$ Mil)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de projetos beneficiados pelo patrocínio	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Montante de recursos destinados ao maior projeto (R\$ Mil)*	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Governo e Sociedade

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS				
Governo e Sociedade				
a) Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno	2015	2014	2013	2012
Recursos alocados em programas governamentais (não obrigados por lei) federais, estaduais e municipais (R\$ Mil). Programa Fome Zero				
Número de iniciativas / eventos / campanhas voltadas para o desenvolvimento da cidadania (exercício de voto, consumo consciente, práticas anticorrupção, direito das crianças, etc.)				
Recursos publicitários destinados a campanhas institucionais para o desenvolvimento da cidadania (R\$ Mil).				
Recursos investidos nos programas que utilizam incentivos fiscais / total de recursos destinados aos investimentos sociais (%).	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Anexo 6 - ELETROBRAS ELETRONUCLEAR e os INDICADORES AMBIENTAIS **

GRI G4-EN1; G4-EN2; G4-EN3; G4-EN4; G4-EN5; G4-EN7; G4-EN8; G4-EN9; G4-EN10; G4-EN16; G4-EN17; G4-EN18; G4-EN19; G4-EN20; G4-EN21; G4-EN22; G4-EN23; G4-EN24; G4-EN29; G4-SO8

DIMENSÃO AMBIENTAL

Indicadores Ambientais

Recuperação de Áreas Degradadas / Outros custos Ambientais	Meta	2015	2014	2013	2012
Área preservada e/ou recuperada por manejo sustentável de vegetação sob as linhas de transmissão e distribuição (em ha).	NA	N.A	N.A	N.A	N.A
Área preservada / total da área preservada na área de concessão exigida por lei (%).	NA	N.A	N.A	N.A	N.A
Investimentos e Gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente (R\$ MIL) ***	NA	???	180.438	102.276	85.321
Contribuição para o aumento de áreas verdes nos municípios pelo Programa de Arborização Urbana (em hectares).	NA	0	0	0	0
Investimentos e Gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados. (R\$ MIL)	NA	???	486	132	132
Investimentos e Gastos com outros projetos ambientais diversos (inclui fundo de descomissionamento) (R\$ MIL) *****	NA	???	62.900 *****	59.024 *****	74.332
Rede protegida isolada (rede ecológica ou linha verde) na área urbana (em km).	NA	N.A	N.A	N.A	N.A
Percentual da rede protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	NA	N.A	N.A	N.A	N.A
Gastos com gerenciamento do impacto ambiental (arborização, manejo sus-tentável, com equipamentos e redes protegidas). (R\$ Mil)	NA	N.A	N.A	N.A	N.A
Quantidade de acidentes por violação das normas de segurança ambiental.	0	0	0	0	0
Número de autuações e/ou multas por violação de normas ambientais.	0	1	2	5	1
Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais. (R\$ Mil)	0	106,'	93	10.310	3.500

Geração e tratamento de resíduos	Meta	2015	2014	2013	2012
Emissões					
Volume anual de gases do efeito estufa (CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO2 equivalentes). ****; *V	Redução **** *V	19.623,61	21.029,00	6.449,67	7.194,37
Volume anual de emissões destruidoras de ozônio (em toneladas de CFC equivalentes).	Redução	2,716	0,792	2,665	2,0477

Efluentes (m3)					
Volume total de efluentes (m ³)	Redução	233.536,00	229.179,86	257.755,56	189.134,46
Volume total de efluentes com tratamento (m ³)	Redução	233.536,00	229.179,86	257.755,56	189.134,46
Percentual de efluentes tratados (%)	100	100	100	100	100
Sólidos					
Quantidade anual (em ton.) de resíduos sólidos industriais gerados	Redução	385,79	509,72	573,29	577,628
Quantidade anual (em ton.) de resíduos sólidos (resíduo industrial, lixo, dejetos, entulho etc.)*1	Redução	1.192,60	2.830,76	2.981,42	1.355,68
Percentual de resíduos encaminhados para reciclagem sem vínculo com a empresa.	N.A.	78,67*	68,02	12,3	40
Percentual de resíduos reciclados por unidade ou entidade vinculada à em-presa (projeto específico).	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Gastos com reciclagem dos resíduos (R\$ Mil)	N.A.	55,688	N.D.	90,57	45,88
Percentual do material de consumo reutilizado (matérias-primas, equipamen-tos, fios e cabos elétricos).	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.D.
Gastos com destinação final de resíduos não perigosos. (R\$ Mil)	N.A.	0	N.A	46,78	39,6

Manejo de resíduos perigosos	Meta	2015	2014	2013	2012
Percentual de equipamentos substituídos por óleo mineral isolante sem PCB (Ascarel).	100%	25%	0%	0%	0
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído na empresa.	100%	100%	100%	100%	100%
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras.	100%	100%	100%	100%	100%
Gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos (incineração, aterro, biotratamento etc.).	N.D.	72,37	N.D.	31,34	54,522

Uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização	Meta	2015	2014	2013	2012
Combustível de Geração – Urânio Natural (Kg)	N.A.	215.864	255.342	251.596	274.354
Consumo total de energia por fonte:					
- hidrelétrica (em kWh)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
- combustíveis fósseis	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
- Álcool	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
- fontes alternativas (gás, energia eólica, energia solar etc.)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Consumo total de energia (em MWh)	N.A.	977.915,76	1.015.292,03	912.805,54	916.325,10
Consumo de energia por kWh distribuído (vendido)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Consumo total de combustíveis fósseis pela frota de veículos da empresa por quilômetro rodado.	Meta	2015	2014	2013	2012
- diesel		6,78	6,68	6,98	6,63
- gasolina		10,15	9,82	10,23	9,37
- gás natural	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Consumo total de água por fonte (em m³): *					
- abastecimento (rede pública)	N.A.	12.318,38	14.106,94	13.706,40	14.566,72
- fonte subterrânea (poço)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
- captação superficial (cursos d'água)		671.494,40	695.723	754.612	802.251
Consumo total de água (em m³)		683.812,78	709.829,94	768.318,40	816.817,72
Consumo de água por empregado (em m³)		350,85	310,38	301,78	314,88
Redução de custos obtida pela redução do consumo de energia, água e material de consumo. (R\$ Mil)		N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

Origem dos Produtos – material de consumo	Meta	2015	2014	2013	2012
Percentual do material adquirido em conformidade com os critérios ambientais verificados pela empresa / total de material adquirido.		N.D.	N.D.	56%	N.D.
Percentual do material adquirido com Selo Verde ou outros (Procel, In-metro etc.).		N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Percentual do material adquirido com certificação florestal (Imaflora, FSC e outros).		N.D.	N.D.	0,04%	N.D.

Educação e conscientização ambiental	Meta	2015	2014	2013	2012
Educação ambiental–Na organização					
Número de empregados treinados nos programas de educação Ambiental.		814	479	414	60
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados.		41,77%	20,94%	16,26%	2,31%
Número de horas de treinamento ambiental / total de horas de treinamento.		11	30	10	2
Recursos Aplicados (R\$ Mil)		484,35	150,15	265,958	148,574
Educação ambiental – Na Comunidade					
Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas.		0	0	19	38
Percentual de escolas atendidas / número total de escolas da área de concessão.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de alunos atendidos.		0	0	570	1.842
Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Número de professores capacitados.		0	0	0	0
Número de unidades de ensino técnico e superior atendidas.		0	0	0	0
Percentual de escolas atendidas / número total de escolas da área de concessão.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Número de alunos atendidos.		0	0	0	0
Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A.
Recursos Aplicados (R\$ Mil)		0	0	266	0

PEEs destinados à formação da cultura em conservação e uso racional de energia	Meta	2015	2014	2013	2012
Número de domicílios do segmento baixa renda atendidos pelo programa.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Percentual de domicílios do segmento baixa renda atendidos pelo programa sobre total de domicílios do segmento baixa renda. (%)	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Número de equipamentos eficientes doados.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Número de domicílios atendidos para adequação das instalações elétricas da habitação.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Número de profissionais eletricitas treinados pelo programa.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
PEE's Aquecimento solar	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Número de sistemas de aquecimento solar instalados.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
PEE's Gestão energética municipal	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Número de municípios atendidos pelo programa de gestão energética municipal.	N.A.	N.A	N.A	N.A	N.A
Percentual de municípios atendidos sobre total de municípios da área de concessão. (%)	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A

P&D Voltados ao Meio Ambiente	Meta	2015	2014	2013	2012
Recursos Aplicados (R\$ Mil) ***	N.A.	***	***	***	***
Número de Patentes registradas no INPI	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	0

Cultura, Esporte e Turismo	Meta	2015	2014	2013	2012
Recursos Aplicados (R\$ Mil) *****		100	1.553,78	1.123,45	3.238,88

Saúde (Saúde Ocupacional)	Meta	2015	2014	2013	2012
Recursos Aplicados (R\$ Mil)	N.A.	2.726	1.837	2.977	2.497

*1- Primeiro ano de contabilização do indicador (2011)

* A revisão dos volumes de água captados nos anos de 2007, 2008 e 2009 foi devida à mudança no critério de cálculo da vazão das bombas, já que o volume captado é mensurado através das mesmas. Não há implicações ambientais e/ou sociais nesta modificação.
** Algumas informações não se aplicam à Eletrobras Eletronuclear que atua única e exclusivamente na geração de energia por fonte nuclear, não possuindo Linhas de Transmissão, Subestações, áreas de concessão, Clientes Finais.
*** Veja item de: Investimentos e Gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente (R\$ MIL) no início desta planilha.
**** Gases do efeito estufa são relativos até o ano de 2011 levantados em relatório “ <i>Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Ano base 2011</i> ” publicado pela Eletrobras em junho de 2012.
*V – Em 2012 à Inclui os escopos 1, 2 e 3
Recursos Aplicados (R\$ Mil) - ***** - Investimentos em patrocínios culturais e esportivos.
***** A partir de 2012 o valor passou a incluir os valores do fundo de descomissionamento.

Anexo 12 - Siglas e símbolos

Abdan	Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares	INEA	Instituto Estadual do Ambiente (RJ)
Abdib	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base	ICRP	International Commission on Radiation Protection
Aben	Associação Brasileira de Energia Nuclear	IED-BIG	Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho – Anexo 8	INPO	Institute of Nuclear Plant Operators.
ADR	American Depositary Receipt	LAS	Latin American Nuclear Society
ALCA	Auditoria Interna	LI	Licença de Instalação
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica	LMA	Laboratório de Monitoração Ambiental
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica	LO	Licença de Operação
ANS	American Nuclear Society	LP	Licença Prévia
APE	Área de Propriedade da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR	MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
CR.P	Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação	MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CA	Conselho de Administração	MMA	Ministério do Meio Ambiente
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - RJ	MME	Ministério de Minas e Energia
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	MW	Megawatt (103 kW)
CF	Conselho Fiscal	NP	Número total de participantes por treinamento realizado
CGU	Controladoria Geral da União	Núcleos	Instituto de Seguridade Social
CHT	Carga horária total de treinamento	ONU	Organização das Nações Unidas
CH4	Gás Metano	P	Presidência
Cicop	Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)	PBA	Plano Básico Ambiental - IBAMA
CMB	Confederação das Mulheres do Brasil	PCA	Plano de Controle Ambiental - IBAMA
CNAAA	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Central Nuclear, Usinas de Angra	PCB	Bifenilas Policloradas – conhecidas como ascarel
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear	PEE	Programa de Eficiência Energética
CO2	Dióxido de carbono	PEE/RJ	Plano de Emergência Externo –Rio de Janeiro
Coep	Comitê de Empresas Públicas	PJ.P	Procuradoria Jurídica
Coge	Comitê de Gestão Empresarial do Setor Elétrico do Brasil	PLD	Preço de Liquidação de Diferenças (de suprimento de energia)
CS.P	Coordenação de Segurança	PMA	Plano Médico Assistencial
DA	Diretoria de Administração e Finanças	PPA 2004-2007	Programa Plurianual do Governo Federal para os anos de 2004 a 2007

DE	Diretoria Executiva	PRAD	Política de Atenção e Prev. aos Problemas Relacionados ao Uso, Abuso e Dependência de Álcool e Outras Drogas
DEST	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais	PSC	Plano de Cargos e Salários
DG	Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente	PWR	Power Water Reactor
DO	Diretoria de Operação e Comercialização	SA.A	Superintendência de Aquisição e Controle Contratual
DT	Diretoria Técnica	SC.O	Superintendência de Coordenação de Operação
EB.P	Escritório de Brasília	SC.T	Superintendência de Construção
EOB.T	Escritório de Obras	SD.O	Superintendência de Angra 2
EPE	Empresa de Pesquisa Energética	SE.T	Superintendência de Engenharia de Projeto
Epri	Electric Power Research Institute	Seap	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
Feam	Fundação Eletrobras Eletronuclear de Assistência Médica	Semear	Centro Ativo de Programas Sociais
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Fita	Festa Internacional de Teatro de Angra	SG.G	Superintendência de Gestão Empresarial
FPNQ	Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade	SG.T	Superintendência de Gerenciamento do Empreendimento
FRG	Fundação Real Grandeza	SH.A	Superintendência de Recursos Humanos
FSAR	Final Safety Analysis Report	SLA	Superintendência de Infraestrutura
Funai	Fundação Nacional do Índio	SIPRON	Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
Funcoge	Fundação Coge	SM.G	Superintendência de Licenciamento e Meio Ambiente
GAB.A	Gerência de Administração de Benefícios	SM.O	Superintendência de Manutenção
GCO.A	Gerência de Controle Contratual	SN.T	Superintendência de Combustível e Segurança Nuclear
GDC.A	Gerência de Desenvolvimento e Capacitação	SO.T	Superintendência de Engenharia de Apoio
GESTGEN	Centro Estadual para Gerenciamento de Situação de Emergência Nuclear	SP.G	Superintendência de Planejamento
GIA.A	Gerência de Infraestrutura Angra	SQ.G	Superintendência de Qualidade
GIR.A	Gerência de Infraestrutura Rio	SO.T	Superintendência de Angra 3
GLN.G	Gerência de Licenciamento Nuclear	SU.O	Superintendência de Angra 1
GMA.G	Gerência de Meio Ambiente	SUS	Sistema Único de Saúde
GMO.O	Gerência de Monitoração	TCU	Tribunal de Contas da União
GMT.O	Gerência de Manutenção de Angra 3	UBM	Universidade de Barra Mansa
GOT.O	Gerência de Operação de Angra 3	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
GTS.O	Gerência de Treinamento e Segurança Nuclear	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
HHT	Homem-hora de treinamento	Wano	World Association of Nuclear Operators
IAEA	International Atomic Energy Agency	WNA	World Nuclear Association

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	ZPE	Zonas de Planejamento de Emergência
--------------	--	------------	-------------------------------------

*“ADR - Recibo de ações de companhia não sediada nos Estados Unidos, emitido por um banco e custodiado em banco norte-americano. É o instrumento de negociação criado para que emitentes de títulos cotados em outros países atendessem às normas e regulamentos norte-americanos de registro de títulos, e facilitar o recebimento de dividendos por parte de investidores dos Estados Unidos. Os investidores podem converter seus ADRs em ações da companhia, e negociá-las no país de origem da companhia.
(BOVESPA)”*